



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, outubro/2000

MINISTRO DA FAZENDA

Pedro Sampaio Malan

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Amaury Guilherme Bier

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Fabio de Oliveira Barbosa

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

Almério Cançado de Amorim

Eduardo Refinetti Guardia

Renato Villela

Rubens Sardenberg

COORDENAÇÃO-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Ana Teresa Holanda de Albuquerque

EQUIPE

Alex Pereira Benício

Cleber Ubiratan de Oliveira

Daniel Silva Balaban

José Cordeiro Neto

Lindemberg de Lima Bezerra

O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(061) 412-3970/3971

Informações:

Tel: (061) 412-2203

Fax: (061) 412-1700

Correio Eletrônico: stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar

70048-902 – Brasília - DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. **Resultado do Tesouro Nacional**, Brasília, vol. 6 – nº 10, outubro de 2000. Mensal. Gratuita.

Resultado do Tesouro Nacional. 1/Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Brasília: STN, outubro, 2000, vol. 6, nº 10.

Título varia: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional

ISSN

1.Execução financeira 2. Operação de crédito 3. Financiamento 4. Dívida mobiliária interna
I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional II. Título

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

Em outubro, o Governo Central obteve superávit de R\$ 867,9 milhões nas suas contas primárias, acumulando no ano resultado de R\$ 21,3 bilhões, ou aproximadamente 2,4% do PIB estimado para o período. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 1,9 bilhão, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central foram deficitários em R\$ 910,4 milhões e R\$ 78,6 milhões, respectivamente.

Em outubro, o superávit primário do Governo Central foi de R\$ 867,9 milhões.

**TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, 1999-2000**

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	Set 2000	Out 2000	Jan-Out 1999 2000	
I. RECEITA TOTAL	18.851,6	19.977,5	170.849,3	190.666,9
I.1. Receitas do Tesouro	14.351,0	15.482,4	132.793,5	147.139,3
I.1.1 Receita Bruta	14.743,4	16.122,0	137.222,7	153.869,9
I.1.2. (-) Restituições	(327,5)	(568,4)	(3.795,8)	(5.876,9)
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	(64,9)	(71,3)	(633,3)	(853,7)
I.2. Receitas da Previdência Social	4.500,6	4.495,2	38.055,8	43.527,6
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	3.221,8	3.356,8	27.873,6	32.964,3
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	15.629,8	16.620,7	142.975,7	157.702,6
IV. DESPESA TOTAL	14.112,3	15.674,3	120.417,9	136.035,5
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	4.222,1	4.345,7	39.235,9	44.506,7
IV.2. Benefícios Previdenciários	5.334,2	5.405,5	44.682,7	50.186,6
IV.3. Custeio e Capital	4.556,0	5.923,0	36.499,3	41.342,2
IV.3.1. Despesas do FAT	472,9	555,1	4.645,0	4.715,3
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	259,5	1.292,6	2.254,4	3.062,2
IV.3.3. Outras Despesas	3.823,6	4.075,4	29.599,9	33.564,7
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)	1.517,5	946,4	22.557,8	21.667,1
V.1. Tesouro Nacional	2.351,2	1.856,8	29.184,7	28.326,0
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	(833,7)	(910,4)	(6.626,9)	(6.659,0)
VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)	(48,2)	(78,6)	(573,5)	(319,6)
VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)	1.469,2	867,9	21.984,3	21.347,4
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			2,80%	2,39%

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias

PRINCIPAIS VARIAÇÕES Acumulado: Out2000/Out1999	
Receitas	11,6%
Tesouro	10,8%
Previdência	14,4%
Transferências	18,3%
Receita Líquida	10,3%
Despesas	13,0%
Benefícios	12,3%
Pessoal	13,4%
Custeio e Capital	13,3%

No ano, o resultado do Governo Central registra redução de 0,4 ponto percentual do PIB, quando comparado ao desempenho de igual período de 1999. O resultado do Tesouro Nacional foi 0,5 ponto percentual do PIB inferior ao observado em 1999. Contribuiu para tal desempenho a redução de aproximadamente 0,4 ponto percentual na receita total explicada pelo recolhimento extraordinário ocorrido em 1999, como de tributos em atraso após a desistência de ações judiciais, de concessão de serviços públicos e de tributação sobre operações de *hedge*, além do resultado positivo da conta petróleo.

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL Acumulado Jan-Out (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Receita Total	21,7%	21,4%
Transferências	3,5%	3,7%
Receita Líquida	18,2%	17,7%
Despesa Total	15,3%	15,3%
Resultado Primário	2,8%	2,4%

**RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL
Acumulado Jan-Out (% PIB)**

DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Tesouro Nacional	3,7%	3,2%
Previdência Social	-0,8%	-0,7%
Banco Central	-0,1%	0,0%
Governo Central	2,8%	2,4%

As despesas mantiveram-se constantes em percentual do PIB, mesmo como o incremento, em outubro deste ano, da despesa com equalização de juros relativa à securitização de dívidas agrícolas. As transferências a estados e municípios elevaram-se em 0,2 ponto percentual reflexo, sobretudo, dos repasses a título de compensação financeira por exploração de petróleo e gás, no âmbito da Lei nº 9.478/97.

Com respeito à Previdência Social (RGPS), o déficit acumulado no ano reduziu-se em 0,1 ponto percentual do PIB, quando comparado a igual período de 1999. O ingresso de receitas extraordinárias, como as decorrentes de depósitos judiciais e outras voltadas para a recuperação de receitas, totalizaram o equivalente a 0,15 ponto percentual do PIB desse resultado. Verificou-se, também, queda de 0,05 ponto percentual nas despesas com benefícios, explicada pela redução na taxa de concessão.

Tesouro Nacional

**RESULTADO DO TESOURO NACIONAL
Acumulado Jan-Out (% PIB)**

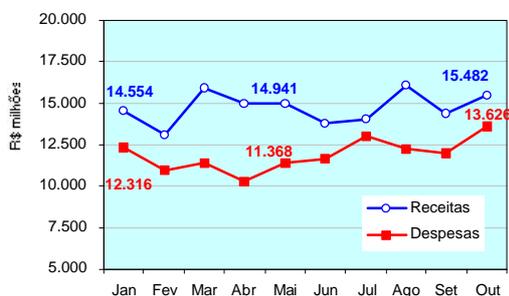
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Receitas do Tesouro (*)	16,9%	16,5%
Transferências	3,5%	3,7%
Despesas do Tesouro	9,6%	9,6%
Resultado Primário	3,7%	3,2%

(*) Líquidas de restituições e incentivos fiscais

O Tesouro Nacional apresentou superávit primário de R\$ 28,3 bilhões no ano, R\$ 858,7 milhões inferior, em termos nominais, ao obtido no mesmo período de 1999. Como proporção do PIB, o resultado do Tesouro registrou queda de 0,5 ponto percentual, em decorrência da redução de 0,4 ponto percentual nas receitas e do acréscimo equivalente a 0,2 ponto percentual nas transferências a estados e municípios. O destaque do mês foi o incremento na arrecadação bruta de R\$ 14,4 bilhões em setembro, para R\$ 15,5 bilhões em outubro, explicado pelo pagamento do IRPJ e CSLL, assim como pelo ingresso de receitas da CPMF a partir da cassação de liminares que haviam suspenso judicialmente o seu recolhimento.

O superávit primário do Tesouro Nacional acumulado até outubro atingiu R\$ 28,3 bilhões.

Receitas e Despesas do Tesouro Nacional
Brasil, 2000



Quanto à despesa, é de se mencionar que nesse mês foi pago R\$ 1,1 bilhão com subsídios de securitização de dívidas agrícolas com saldo devedor de até R\$ 200,0 mil, renegociadas no âmbito das Lei nº 9.138/95 e 9.866/99. O crescimento dessa despesa, comparativamente à verificada em outubro de 1999,

decorre da concentração de vencimento dos títulos emitidos a partir de 1997. Assim, os gastos com equalização de juros das mencionadas dívidas contribuíram para elevar a despesa total do Tesouro Nacional em 0,13 ponto percentual do PIB, no acumulado do ano.

Em outubro, a receita bruta do Tesouro Nacional atingiu R\$ 15,5 bilhões, apresentando aumento de 7,8%, equivalente a R\$ 1,1 bilhão, em relação ao mês anterior. Contribuiu para tal comportamento o pagamento da primeira cota ou cota única do IRPJ e da CSLL, relativa à apuração semestral encerrada em setembro, cujas arrecadações cresceram, respectivamente, R\$ 747,2 milhões e R\$ 404,3 milhões. Também afetou positivamente a receita de outubro a antecipação, de 01/11/00 para 31/10/00, de parte do pagamento da CPMF no montante de R\$ 365,0 milhões, derivada da cassação de liminares que haviam suspenso judicialmente a cobrança de tal contribuição em alguns estados da federação, nos meses de julho a setembro de 1999.

Por outro lado, alguns impostos apresentaram redução no período, como o ITR, cuja primeira cota ou cota única, relativa ao exercício de 2000, foi paga em setembro, e o IRPF, cujo pagamento das cotas referentes à declaração de ajuste de 1999 encerrou-se em setembro. Cabe destacar, também, que o IRRF havia registrado no mês anterior ingresso de receitas da ordem de R\$ 260,0 milhões, como decorrência do recolhimento de débitos em atraso, sem paralelo no mês de outubro.

Com relação às demais receitas do Tesouro Nacional, verificou-se o ingresso de R\$ 322,2 milhões relativos à cota parte de compensações financeiras referente a petróleo e gás natural com recolhimento trimestral.

As restituições totais da Receita Federal elevaram-se de R\$ 327,5 milhões em setembro para R\$ 568,4 milhões em outubro. Tal acréscimo reflete, além dos valores relativos ao quinto lote do IRPF, a maior liberação de restituições de contribuintes cujas declarações encontravam-se sob inspeção (“malha fina”), bem como as restituições daqueles que prestaram declaração por meio de formulário em papel.

No período de janeiro a outubro de 2000, a receita bruta do Tesouro Nacional atingiu R\$ 147,1 bilhões, apresentando incremento de 10,8% em relação à receita de idêntico período de 1999. Como proporção do PIB, no entanto, verificou-se decréscimo de 0,2 ponto percentual, em decorrência do maior ingresso de receitas extraordinárias ocorrido em 1999. Particularmente

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

No mês de outubro, foram recolhidos R\$ 1,1 bilhão referentes ao pagamento da primeira cota ou cota única do IRPJ e CSLL (apuração trimestral encerrada em setembro) e R\$ 365,0 milhões relativos à CPMF em função da cassação de liminares, consoante disposto na MP nº 2.037/00 e IN-SRF nº 19/00.

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

**RECEITAS DO TESOURO NACIONAL
Acumulado Jan-Out (% PIB)**

DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Impostos	8,5%	7,9%
Imposto de Renda	5,4%	5,1%
IPI	1,7%	1,7%
Outros	1,4%	1,1%
Contribuições Sociais	6,4%	7,4%
Cofins	3,3%	3,6%
CPMF	0,7%	1,3%
CSLL	0,8%	0,9%
Outras	1,7%	1,6%
Demais	2,6%	1,9%
Conta Petróleo	0,3%	0,0%
Dividendos da União	0,2%	0,2%
Concessões	1,2%	0,6%
Outras	0,9%	1,2%
Total Bruto	17,5%	17,3%

nos impostos, a redução foi de 0,6 ponto percentual do PIB, enquanto que as demais receitas do Tesouro diminuíram 0,7 ponto percentual do PIB.

A redução na arrecadação de impostos decorreu: i) da vigência, entre 24/01/99 a 16/06/99, da alíquota do IOF de 0,38% nas operações de crédito e da incidência do referido imposto sobre aplicações em fundos de investimento, gerando receita de R\$ 1,0 bilhão em 1999; ii) redução da alíquota do IOF, para operações de crédito das pessoas físicas, de 6,0% para 1,5%, a partir de outubro de 1999, implicando perda de receita da ordem de R\$ 550,0 milhões entre janeiro e outubro de 2000; e iii) a extensão da tributação sobre aplicações financeiras de renda fixa às operações de *hedge* realizadas por meio de *swap* (Lei nº 9.779/99).

As contribuições sociais apresentaram crescimento equivalente a 1,0 ponto percentual do PIB, devido aos seguintes fatores: i) reintrodução da cobrança da CPMF com alíquota de 0,38% a partir de 17/06/99 até 30/06/2000, produzindo receita de R\$ 11,6 bilhões em 2000, contra R\$ 5,3 bilhões nos meses de janeiro a outubro de 1999; ii) elevação da alíquota da Cofins de 2,0% para 3,0%, com obrigatoriedade do pagamento pelas instituições financeiras, totalizando R\$ 11,2 bilhões até outubro de 2000, contra R\$ 7,5 bilhões em idêntico período de 1999.

Por fim, registre-se o recolhimento extraordinário de alguns impostos e contribuições, da ordem de R\$ 5,3 bilhões, em função de desistências de ações judiciais e conseqüente pagamento de débitos em atraso, além do efeito da desvalorização cambial, ocorrida em janeiro de 1999, sobre a base de cálculo de tributos pagos pelas instituições financeiras.

As demais receitas registraram redução de R\$ 3,1 bilhões, ou 0,7 ponto percentual do PIB, comparativamente ao mesmo período do ano anterior. Esse comportamento deveu-se aos seguintes fatores: i) ausência de superávites acumulados da conta petróleo em 2000, ao passo que em 1999 a arrecadação totalizou R\$ 2,4 bilhões até setembro; e ii) menor arrecadação registrada nas receitas de concessões de serviços públicos. Até outubro deste ano, foram recolhidos R\$ 5,1 bilhões, contra R\$ 9,1 bilhões em igual período de 1999.

Em contrapartida, foram recolhidos R\$ 4,3 bilhões a título de depósitos judiciais e administrativos, disciplinados pela Lei nº 9.703/98, contra R\$ 1,6 bilhão no ano anterior. Além disso, houve recolhimento adicional de R\$ 185,8 milhões na arrecadação de dividendos pagos pelas empresas estatais à União.

**RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS
Acumulado Jan-Out**

DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Depósitos Judiciais /1	1.613	4.269
Conta Petróleo	2.398	0
Tributos Atrasados /2	4.682	0
Trib. de Hedge /2	2.065	309
Desvaloriz. Cambial /3	400	0
Concessões	9.079	5.140
TOTAL	20.237	9.718
% PIB	2,6%	1,1%

1/ Apropriação no âmbito da Lei 9.703/98

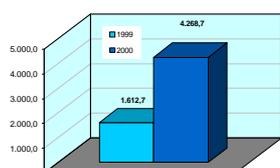
2/ Em conformidade com a Lei 9.779/99

3/ Concentrado na arrecadação do IRPJ e CSLL

**DEMAIS RECEITAS DO TESOURO
Acumulado Jan-Out**

DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Demais	20.244,5	17.125,8
Conta Petróleo	2.398,3	-
Dividendos da União	1.344,2	1.530,0
Concessões	9.078,7	5.140,3
Outras	7.423,4	10.455,5

Recolhimento de Depósitos Judiciais
(Acumulado no ano em R\$ milhões)



As outras receitas do Tesouro cresceram R\$ 3,0 bilhões quando comparadas ao ano de 1999, sendo significativos os recolhimentos de: i) *royalties* pagos pela Petrobras, cuja arrecadação atingiu R\$ 1,9 bilhão, e *royalties* de Itaipu, com R\$ 309,2 milhões, ambos sem correspondência em 1999; e ii) receitas decorrentes do parcelamento de débitos previstos no Programa de Recuperação Fiscal (Refis), com valor de R\$ 570,2 milhões.

As transferências a estados e municípios atingiram 3,7% do PIB, situando-se 0,2 ponto percentual acima do registrado em igual período de 1999. Em termos nominais, houve aumento de 18,3%, que correspondeu a um acréscimo de R\$ 5,1 bilhões no montante transferido àquelas entidades da federação.

As transferências constitucionais apresentaram incremento correspondente a R\$ 2,7 bilhões, em relação ao mesmo período de 1999. No entanto, em relação ao PIB, estas registraram redução inferior a 0,1 ponto percentual. No que se refere à Lei Complementar nº 87/96, verificou-se redução próxima a 0,1 ponto percentual do PIB, com queda nominal de R\$ 522,5 milhões. Cumpre destacar que, em 1999, foram efetuadas transferências extraordinárias, em função da alteração na metodologia de cálculo dos valores de entrega, constante do anexo da referida Lei Complementar. Além disso, ocorreram repasses adicionais autorizados pela Portaria Interministerial nº 340/98. Em 2000, no período agosto a outubro, por conta do artigo 9º da Medida Provisória nº 1.977/00¹, foram transferidos aos estados recursos adicionais da ordem de aproximadamente R\$ 290,0 milhões.

As demais transferências apresentaram aumento de aproximadamente 0,3 ponto percentual do PIB, quando comparadas ao mesmo período de 1999. Em valores nominais, o acréscimo foi de R\$ 2,5 bilhões, sendo, em sua maior parte devido ao recolhimento de R\$ 1,5 bilhão em *royalties*, pela Petrobras (Lei nº 9.478/97), sem paralelo no ano anterior. O aumento de R\$ 488,3 milhões verificado na contribuição ao salário-educação decorre, principalmente, do recolhimento dos recursos referentes ao décimo-terceiro salário de 1999, ocorrido apenas em janeiro de 2000, ao contrário dos anos anteriores, quando foi efetuado no mês de dezembro.

As despesas do Tesouro Nacional apresentaram crescimento de 17,0%, equivalente a R\$ 1,5 bilhão, em relação às incorridas no mês de setembro. Esse acréscimo refere-se em particular aos gastos com subsídios e subvenções (R\$ 1,2

Transferências a estados e municípios

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS Acumulado Jan-Out (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Constitucionais	2,88%	2,84%
Desoneração do ICMS	0,44%	0,37%
Demais	0,23%	0,49%
Total	3,55%	3,70%

¹ Com base na MP nº 1.977/00, o governo vem efetuando antecipações de parte do valor do repasse previsto inicialmente no anexo à LC nº 102/00 para dezembro (item 1.1.1.1). A MP prevê repasses em percentuais decrescentes, a partir de agosto, até ser atingido o montante de R\$ 3,9 bilhões no ano. Assim, resultará alterado apenas o cronograma de desembolsos, não se modificando o montante total da despesa da União prevista na referida LC.

DEMAIS TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS Acumulado Jan-Out		
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Salário-Educação	965,9	1.454,2
Royalties Lei 9478	-	1.453,3
Fundef	468,6	435,0
Outras	347,7	984,1
Total	1.782,1	4.326,7

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

bilhão), sendo a maior parte (R\$ 1,1 bilhão) devido ao pagamento em outubro de subsídios relativo à securitização da dívida agrícola (vide boxe nº 1).

As despesas do Tesouro Nacional aumentaram 17,0%, em relação ao mês anterior, devido principalmente ao pagamento de parcela da securitização agrícola.

Boxe 1 – Custo da securitização agrícola amparada nas Leis nº 9.138/95 e 9.866/99.

A Lei nº 9.138/95 autorizou a securitização e a repactuação da taxa de juros, pelo Tesouro Nacional, das dívidas de até R\$ 200,0 mil originárias de crédito rural. Posteriormente, a Lei nº 9.866/99, concedeu aos produtores rurais, como incentivo à adimplência, bônus de até 30% do valor das prestações devidas pelos mutuários com dívidas de até R\$ 50,0 mil. Para dívidas com saldo superior a R\$ 50,0 mil, foi concedido bônus de adimplência de 15% sobre as prestações. E, ainda, para dívidas superiores a R\$ 15,0 mil, os mutuários pagariam somente 10% do valor das prestações em 1999 e 15% das de 2000, sendo que o saldo remanescente seria incorporado no final do contrato. O gasto primário com subsídio é obtido pela diferença entre as taxas de juros implícitas nos pagamentos efetuados pelo Tesouro junto às instituições financeiras e aquelas pagas pelos mutuários ao Tesouro (preço mínimo + 3% a .a), além do valor não pago referente ao bônus da adimplência. Assim, em outubro, as despesas do Tesouro totalizaram R\$ 2,1 bilhões, enquanto os recebimentos dos mutuários R\$ 1,0 bilhão, o que fez uma despesa líquida com subsídios de R\$ 1,1 bilhão.

As demais despesas de custeio e capital, aumentaram 6,6%, em decorrência, basicamente, da liberação de recursos para cumprimento da Emenda Constitucional nº 29, de 13/09/00, que definiu os valores mínimos para aplicação de recursos nas ações e serviços públicos de saúde. As despesas do FAT cresceram 17,4% em relação a setembro devido ao acréscimo das despesas com abonos do PIS e do Pasep.

No âmbito das Operações Oficiais de Créditos, houve diminuição de R\$ 102,1 milhões, comparativamente a setembro explicado, basicamente, pelas menores despesas de equalização com o Programa de Financiamento das Exportações (Proex). Em outubro não houve emissão de títulos federais para pagamento da equalização de taxas de juros no âmbito daquele programa. Assim, as despesas com o Proex passaram de R\$ 125,2 milhões em setembro para R\$ 34,7 milhões em outubro.

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL Acumulado Jan-Out (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Pessoal e Encargos	5,0%	5,0%
Custeio e Capital	4,6%	4,6%
Despesas do FAT	0,6%	0,5%
Subsídios e Subvenções	0,3%	0,3%
Outras	3,8%	3,8%

Até outubro desse ano, as despesas do Tesouro Nacional, permaneceram estáveis em relação a igual período do ano anterior, situando-se em 9,6% do PIB. A despesa com pessoal e encargos sociais apresentou acréscimo nominal da ordem de 13,4%. Tal comportamento tem refletido, principalmente, o realinhamento salarial ocorrido em diversas carreiras do funcionalismo. Outros fatores que afetaram a folha salarial foram: i) o pagamento, em janeiro de 2000, da folha integral de dezembro de 1999, ao passo que em janeiro de 1999 foi pago 70,0% da folha correspondente ao mês anterior; e ii) o pagamento, nos meses de janeiro e junho de 2000, da segunda e terceira parcelas do passivo relativo à extensão da vantagem de 28,86% aos servidores públicos civis do Poder Executivo, enquanto que em 1999 foi paga

apenas a primeira parcela, com impacto no caixa do Tesouro Nacional no mês de julho.

No período de janeiro a outubro de 2000, as demais despesas de custeio e capital, atingiram 3,8% do PIB, permanecendo no mesmo patamar, quando comparadas a 1999. Em termos nominais, houve variação de 13,4% explicada, em boa medida, pela liberação de recursos decorrentes de créditos extraordinários e, principalmente, pelo cumprimento da Emenda Constitucional nº 29/00. As liberações para custeio e investimento efetuadas em favor do Ministério da Saúde cresceram 22,7%, passando de R\$ 11,3 bilhões, nos dez primeiros meses de 1999, para R\$ 13,9 bilhões em igual período de 2000.

Os gastos com subsídios e subvenções econômicas apresentaram crescimento de 35,8%, em relação a 1999, em sua maior parte referente à despesa de subsídio relacionada à securitização das dívidas dos agricultores. O incremento dessa despesa, comparativamente à verificada em 1999, decorreu da concentração de vencimento dos títulos emitidos a partir de 1997. Por outro lado, verificou-se diminuição de 21,5% nas despesas com subsídios às exportações, no âmbito do Proex. Tal comportamento tem sido resultado da redução dos “spreads” de equalização sobre a demanda por recursos do Programa, a partir da edição da Carta-Circular Bacen nº 2.881/99, além da mudança na sistemática de emissão de títulos para financiamento daquele programa, implementada pela MP nº 1.974/00.

OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO Acumulado Jan-Out		
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Agricultura	868,2	1.829,2
Custeio Agropecuário	139,9	97,3
Investimento Rural	5,1	12,9
Preços Agrícolas	259,7	412,6
- EGF	8,8	2,6
- AGF	219,0	371,8
- Sustentação de preços	31,9	38,2
Pronaf	238,5	286,6
Securitização (Lei 9138)	225,1	1.019,8
Exportação	676,8	531,5
Proex	676,8	531,5
Total	1.545,0	2.360,7

Em outubro, a Previdência Social apresentou déficit primário de R\$ 910,4 milhões, 9,2% superior ao verificado no mês anterior. A arrecadação líquida atingiu o montante de R\$ 4,5 bilhões, mantendo-se praticamente no mesmo patamar daquela verificada em setembro. As despesas com benefícios previdenciários apresentaram aumento nominal de cerca de 1,3%, atingindo o montante de R\$ 5,4 bilhões, sendo R\$ 145,0 milhões em precatórios judiciais.

Previdência Social

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL Brasil, 1999-2000				
DISCRIMINAÇÃO	Set	Out	Jan-Out	
	2000	2000	1999	2000
Arrecadação Líquida	4.500,6	4.495,2	38.055,8	43.527,6
Arrecadação Bruta	4.872,2	4.862,4	40.919,3	47.003,6
- Contribuição Previdenciária	4.526,4	4.554,0	38.838,3	43.701,9
- Simples	181,5	183,1	1.243,7	1.623,4
- CDP	-	19,9	230,6	206,5
- CFTE/FIES	33,7	19,7	-	192,7
- Depósitos Judiciais	54,6	47,9	529,1	787,9
- Refis	26,3	28,7	-	190,1
- Outras Receitas	49,8	9,1	77,6	301,1
(-) Restituição/Devolução	(15,2)	(20,8)	(58,6)	(148,1)
(-) Transferências a Terceiros	(356,5)	(346,4)	(2.805,0)	(3.327,8)
Benefícios Previdenciários	5.334,2	5.405,5	44.682,7	50.186,6
Resultado Primário	(833,7)	(910,4)	(6.626,9)	(6.659,0)

O déficit da Previdência Social foi de R\$ 910,4 milhões em outubro, contra R\$ 833,7 milhões em setembro.

**RESULTADO DA PREVIDÊNCIA
Acumulado Jan-Out (% PIB)**

DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Contribuição	4,8%	4,9%
Benefícios	5,7%	5,6%
Resultado Primário	-0,8%	-0,7%

Em termos acumulados, o déficit da previdência social atingiu o valor de R\$ 5,8 bilhões até outubro desse ano, contra R\$ 5,7 bilhões verificados em igual período de 1999, o que representa redução de 0,1 ponto percentual, do PIB. As receitas extraordinárias (CDP, CFTE/FIES, depósitos judiciais e Refis), contribuíram para a redução do déficit em 0,15 ponto percentuais do PIB. A relativa estabilidade do déficit também pode ser explicado pelo menor crescimento da despesa com benefícios.

A receita líquida totalizou R\$ 43,5 bilhões, até o período, representando aumento nominal de 14,4% ou R\$ 5,5 bilhões em relação a 1999. Contribuíram para esse acréscimo os seguintes fatores: i) a receita proveniente da sub-rogação totalizou R\$ 2,4 bilhões de janeiro a outubro de 2000, contra R\$ 2,0 bilhão em idêntico período de 1999; ii) a receita referente a arrecadação do Simples em 2000, totalizou R\$ 1,2 bilhão, contra R\$ 1,6 bilhão no ano anterior; e iii) a arrecadação de R\$ 787,9 milhões de depósitos judiciais, contra R\$ 529,1 milhões em 1999. Além disso foram registradas receitas sem correspondência em 1999, como por exemplo: R\$ 192,7 milhões em Certificados Financeiros do Tesouro (CFT-E) no âmbito do FIES e R\$ 190,1 milhões do Refis.

Benefícios	Dez/1998- Set/1999	Dez/1999- Set/2000	%
Quantidade*	18,4	19,1	3,7%
Valor Médio**	244,6	263,0	7,5%

(*) média em milhões
(**) média em R\$ 1,00, exclusive 13º salário.

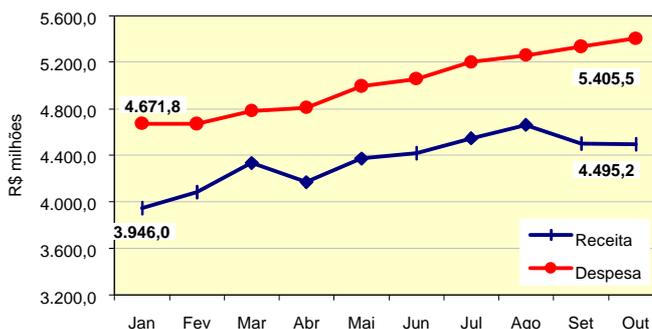
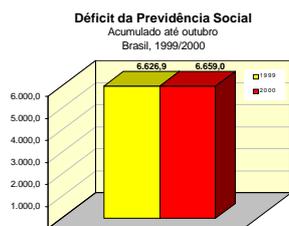
As despesas com benefícios previdenciários atingiram 5,6 pontos percentuais do PIB, mantendo-se estáveis, quando comparadas ao ano de 1999. Em valores nominais, houve acréscimo de 12,3% ou R\$ 5,5 bilhões, em relação ao ano anterior. Tal variação pode ser explicada, principalmente, pelo aumento do valor médio dos benefícios previdenciários pagos no período, em decorrência do reajuste do salário mínimo, bem como, do aumento dos benefícios com valores acima do piso (11,0% em abril e 5,81% em junho, respectivamente). O valor médio dos benefícios passou de R\$ 244,6, entre dezembro de 1998 e setembro de 1999, para R\$ 263,0 entre dezembro de 1999 e setembro deste ano. Houve também, nesse período, aumento de 3,7% na quantidade média de benefícios concedidos.

Benefícios	2000		
	Ago	Set	%
Quantidade*	19,3	19,4	0,5%
Valor Médio**	272,9	273,1	0,1%

(*) Em Milhões
(**) Em R\$ 1,00, exclusive 13º salário.

Receitas e Despesas da Previdência Social

Brasil, 2000



No mês, a DPMFi em mercado atingiu 37,7% do PIB, ficando 0,2 ponto percentual abaixo do registrado em setembro.

A participação percentual das LTN no total da DPMFi em mercado continua aumentando, passando de 19,3% em setembro para 19,8% em outubro.

Foram emitidos, no mês, LTN com o prazo de até 12 meses.

Em outubro, o saldo da Dívida Pública Mobiliária Federal interna em mercado (DPMFi) atingiu R\$ 402,3 bilhões, ou 37,7% do PIB, 0,2 ponto percentual inferior em relação a setembro. O Tesouro emitiu em mercado R\$ 17,8 bilhões e resgatou R\$ 21,4 bilhões em títulos, o que resultou em resgate líquido de R\$ 3,6 bilhões. Com a apropriação de juros no montante de R\$ 6,1 bilhões, o saldo da DPMFi em mercado aumentou R\$ 2,5 bilhões no mês em relação a setembro.

TABELA 3
EVOLUÇÃO DA DPMFi EM MERCADO E DÍVIDA SECURITIZADA
BRASIL, Out/2000

(R\$ milhões)

Fatos	Financeiras	Não Financeiras	Total
DPMFi			
I. Emissões	17.294	555	17.849
LFT	7.305	65	7.370
LTN	9.529	0	9.529
Demais	460	490	950
II. Resgates	21.450		21.450
LFT	10.704		10.704
LTN	8.462		8.462
NTN-D	1.653		1.653
Demais	630		630
III. Valor líquido (I-II)	-4.155	555	-3.600
TDA			
I. Emissões		23	23
II. Resgates		1	1
III. Valor líquido (I-II)		22	22
Securitizedos			
I. Emissões		8	8
II. Resgates		2.421	2.421
III. Valor líquido (I-II)		-2.414	-2.414
Total			
I. Emissões	17.294	586	17.880
II. Resgates	21.450	2.423	23.872
III. Valor líquido (I-II)	-4.155	-1.837	-5.992



O Tesouro Nacional manteve, em outubro, a estratégia de substituição de títulos pós-fixados por prefixados. Assim, foram emitidos liquidamente R\$ 1,1 bilhão em LTN (títulos prefixados) e resgatados liquidamente R\$ 3,4 bilhões em LFT (títulos pós-fixados indexados à taxa Selic). Os prazos de emissão das LTN foram de 6 e 12 meses, enquanto as LFT foram emitidas com prazo de 36 e 48 meses.

Ocorreu, ainda, no mês de outubro, leilão de NTN-C, no qual foram vendidos R\$ 460,3 milhões em títulos de cinco anos, entre os quais R\$ 22,8 milhões foram objeto de troca por títulos securitizados. Também foram emitidos R\$ 1,5 milhão em Certificados da Dívida Pública (CDP), adquiridos por devedores do INSS, para quitação de dívidas junto àquele órgão.

As emissões diretas em mercado totalizaram R\$ 585,9 milhões, entre as quais, destacam-se: i) R\$ 65,1 milhões em LFT-B, referente ao contrato de abertura de crédito, celebrado entre a União e o estado de Goiás, no âmbito do Proes; ii) R\$ 343,6 milhões em NTN-A, em operação de troca por US\$ 184,7 milhões em *C-Bond*, da dívida externa; iii) R\$ 7,7 milhões em dívida securitizada (programa Política de Preço Nacional Equalizado – Açúcar e Alcool); iv) R\$ 137,8 milhões em NTN-I, para equalização no âmbito do Proex; v) R\$ 23,0 milhões em TDA, referentes à desapropriação de terras para fins de reforma agrária; e vi) R\$ 6,9 milhões em CTN para renegociação de dívidas agrícolas.

Adicionalmente, foram cancelados: i) R\$ 22,8 milhões em títulos da dívida securitizada trocados no leilão de NTN-C; ii) R\$ 11,8 milhões em CFT-A, em virtude de sua utilização pelos estados do Acre e Amazonas para abatimento de dívidas junto à União; iii) R\$ 1,4 milhão em TDA; e iv) R\$ 563,8 mil em títulos da dívida securitizada na troca por CDP efetuada diretamente com o INSS. Ao final do mês, foi efetuado pagamento relativo à dívida agrícola securitizada, cujo montante de títulos cancelados atingiu R\$ 2,1 bilhões.

Com os leilões realizados no mês, o percentual das LTN no total da dívida em mercado aumentou para 19,8%. Os títulos pós-fixados, remunerados pela taxa Selic, tiveram redução de 0,4 ponto percentual em relação ao mês anterior. Conforme pode ser observado na tabela 4, a participação dos títulos vinculados ao câmbio também vem diminuindo, tendo ficado em 8,0% do total no mês em análise.

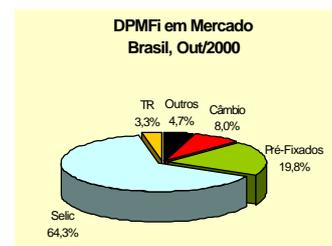
Em outubro, o Tesouro Nacional realizou R\$ 585,9 em emissões diretas em mercado, sendo R\$ 343,6 milhões para troca de dívida externa.

Composição da Dívida

TABELA 4
COMPOSIÇÃO DA DPMFI EM MERCADO
BRASIL, 2000

(%)

Indexador	2000		
	Ago	Set	Out
Selic	65,2	64,7	64,3
Câmbio	8,6	8,1	8,0
Prefixados	18,4	19,3	19,8
TR	3,3	3,3	3,3
Outros	4,5	4,6	4,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0





A composição da dívida securitizada manteve-se estável em relação ao mês anterior. Os títulos indexados ao IGP-DI representaram 53,5% desses passivos, seguidos pela TR (30,2%) e Selic (14,2%). Os demais títulos perfizeram apenas 2,0% do seu estoque.

Custo e Prazo Médios

O custo médio anual da dívida interna total do Tesouro Nacional atingiu, em outubro, 20,43% contra 18,23% no mês anterior. Este aumento se deve à variação cambial ocorrida no mês. É importante observar que o custo médio das LTN caiu de 18,71% a.a. em setembro, para 18,50% a.a. no mês em análise.

Em outubro, o custo médio da dívida interna do Tesouro Nacional aumentou em relação ao mês anterior devido à desvalorização cambial ocorrida no mês.

TABELA 5
CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DPMF EM MERCADO E DÍVIDA SECURITIZADA
BRASIL, Out/2000

Título	% de Participação	Prazo Médio	Custo Médio
LTN	19,8%	5,48	18,50%
LFT	64,4%	17,68	16,60%
NTN-D	4,9%	9,70	73,18%
NTN-C	1,6%	44,30	16,98%
Demais	9,4%	-	-
Total DPMF (1)	100,0%	30,28	20,96%
Competitivos		14,38	20,83%
Securitizados (2)		85,96	12,15%
Total Dívida Interna (1+2)		33,62	20,43%

Obs.: Prazo Médio em meses.
Custo Médio em % anual.

O custo médio anual dos títulos colocados por meio de leilões, excluindo-se os cambiais, continuou em trajetória de queda, de 17,38% a.a. em setembro, para 17,09% a.a. no mês em análise.

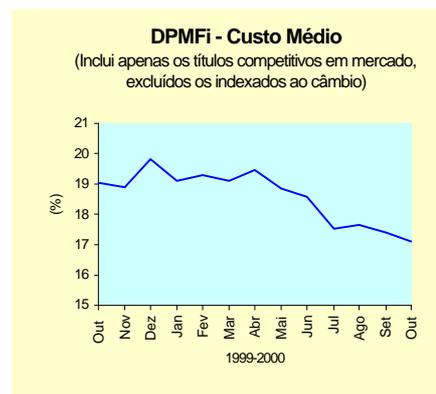
Conforme pode ser observado na tabela 6 a seguir, excluídos os títulos indexados ao câmbio, o custo médio cai, tanto do total de títulos da DPMF em mercado (de 17,09% a.a. em setembro para 16,80% a.a. em outubro), quanto dos colocados sob oferta pública (17,38% a.a. em setembro para 17,09% a.a. em outubro), confirmando, assim, a trajetória de queda do custo médio dos títulos colocados em forma de oferta pública, conforme fica bem evidenciado no gráfico a seguir.

TABELA 6
DPMFi - CUSTO MÉDIO EM MERCADO
BRASIL, 1999/2000

(% anual)

PERÍODO	TOTAL(1)	TOTAL(2)	COMP(1)	COMP(2)
1999				
Out	18,59	22,01	19,05	21,54
Nov	18,59	14,07	18,90	15,41
Dez	19,40	5,12	19,82	8,02
2000				
Jan	18,79	18,94	19,09	19,53
Fev	18,86	14,71	19,28	15,66
Mar	18,28	15,54	19,12	16,77
Abr	18,69	23,59	19,47	24,08
Mai	18,33	18,86	18,86	19,54
Jun	18,02	14,98	18,58	16,21
Jul	17,62	15,25	17,55	15,71
Ago	17,40	20,05	17,63	20,06
Set	17,09	18,01	17,38	16,74
Out	16,80	20,96	17,09	20,83

COMP - Títulos competitivos da DPMFi em mercado.
(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio
(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio



Em função das menores variações ocorridas no IGP-DI e IGP-M em relação ao mês anterior (de 0,69% e 1,16% em setembro para 0,37% e 0,38% em outubro, respectivamente), o custo médio dos títulos securitizados caiu substancialmente de 21,40% a.a. em setembro para 12,15% a.a. no mês em análise.

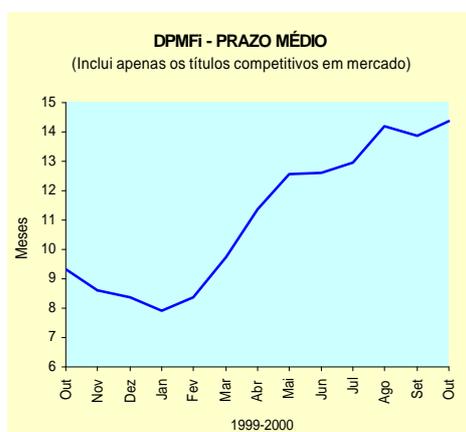
Em outubro, o prazo médio dos títulos da DPMF ofertados em leilões alcançou 14,38 meses, contra 13,85 meses em setembro. Essa elevação se deve ao processo de substituição de títulos vencidos por novos títulos, de prazos mais longos. Além disso, houve em outubro emissão de LFT de 48 meses, conforme mencionado anteriormente.

O prazo médio dos títulos da DPMFi emitidos por meio de oferta pública aumentou de 13,85 meses em setembro para 14,38 meses em outubro.

TABELA 7
DPMFi - PRAZO MÉDIO NO MERCADO
BRASIL, 1999/2000 (meses)

Período	TOTAL	COMP (1)
1999		
Out	25,48	9,30
Nov	24,44	8,59
Dez	27,90	8,35
2000		
Jan	27,14	7,89
Fev	27,09	8,37
Mar	27,97	9,74
Abr	28,40	11,37
Mai	29,88	12,54
Jun	29,94	12,58
Jul	29,59	12,97
Ago	30,71	14,16
Set	30,22	13,85
Out	30,28	14,38

(1) Títulos competitivos da DPMFi em mercado.



O prazo médio da dívida securitizada manteve-se praticamente inalterado, passando de 86,00 meses em setembro para 85,96 meses em outubro, conforme pode ser observado no gráfico ao lado.



Em outubro, o saldo dos haveres líquidos atingiu R\$ 333,6 bilhões, o que equivale a 31,3% do PIB acumulado nos últimos doze meses. Em relação ao mês anterior, houve crescimento nominal de R\$ 603,0 milhões nos haveres do Tesouro Nacional e R\$ 1,3 bilhão nos haveres dos fundos, autarquias e fundações.

Haveres Líquidos

No caso do Tesouro Nacional, o crescimento dos haveres líquidos decorreu principalmente da apropriação de juros e atualizações monetárias sobre seus saldos. No que se refere ao saldo dos fundos, autarquias e fundações, seu acréscimo deve-se ao aumento das disponibilidades do FAT e demais entidades.

Em outubro, o saldo dos haveres internos líquidos foi de R\$ 333,6 bilhões.

**TABELA 8
DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA LÍQUIDA
BRASIL, 2000**

(R\$ milhões)

	2000		
	Ago	Set	Out
TOTAL DO TESOURO NACIONAL	-253.956	-259.063	-259.666
Dívida Bancária	40.065	40.205	40.227
Demais Dívidas da STN	2.771	2.742	2.677
Lei 7.976/89	-9.897	-9.964	-10.228
Lei 8.727/93	-44.099	-44.283	-44.331
Lei 9.496/97	-132.694	-135.812	-135.339
Renegociação Dívidas Municipais	-17.442	-17.825	-17.916
Demais Haveres da STN	-92.660	-94.125	-94.757
TOTAL DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-72.055	-72.627	-73.955
FAT	-51.230	-51.473	-52.377
Demais Entidades	-20.826	-21.155	-21.578
TOTAL	-326.011	-331.691	-333.620
TOTAL/PIB	-31,2%	-31,4%	-31,3%
TOTAL DO TESOURO NACIONAL/PIB	-24,3%	-24,5%	-24,3%

Dívida Externa

Em outubro, o saldo da dívida externa de responsabilidade do Tesouro Nacional foi de 12,5% do PIB.

Em outubro, a dívida externa de responsabilidade do Tesouro Nacional apresentou saldo de R\$ 133,2 bilhões, correspondente a 12,5% do PIB estimado para os últimos doze meses, 0,3 ponto percentual acima do registrado em setembro.

Esse aumento no saldo da dívida externa em reais deveu-se exclusivamente à variação cambial ocorrida no mês, pois o seu saldo em dólares apresentou pequena queda.

Em outubro, houve o lançamento do Bônus Euro 2007, no montante de 750 milhões de Euros (US\$ 637,7 milhões). Apesar dessa emissão, o saldo em dólares da dívida externa caiu devido principalmente ao pagamento de principal de BEA/DMLP (Bradies), cancelamento no saldo devedor do *C-Bond*, em virtude de conversão por NTN-A e expressivo pagamento de principal aos organismos multilaterais, bancos privados e agências governamentais.

Foram pagos, em outubro, R\$ 3,2 bilhões para quitação do principal, juros e encargos da dívida externa. Deste total, R\$ 2,9 bilhões referem-se à dívida mobiliária, R\$ 135,0 milhões a pagamentos aos organismos multilaterais (BIRD/BID), R\$ 121,0 milhões a bancos privados/agências governamentais e R\$ 22,6 milhões relativos ao Clube de Paris, conforme demonstrado na tabela 9 abaixo.

Boxe 2

Classificação do risco soberano

Em 16 de outubro, a agência de classificação de risco Moody's elevou a nota dos títulos em moeda estrangeira do Brasil de B2 para B1 pela primeira vez em seis anos. A nova classificação está a quatro níveis do *investment grade*, voltando o Brasil a apresentar a nota que possuía antes da crise russa. O bom desempenho de indicadores como inflação, disciplina fiscal, crescimento econômico e taxas de juros contribuíram para a elevação da classificação do risco soberano.

**TABELA 9
EXECUÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA
BRASIL, Out/2000**

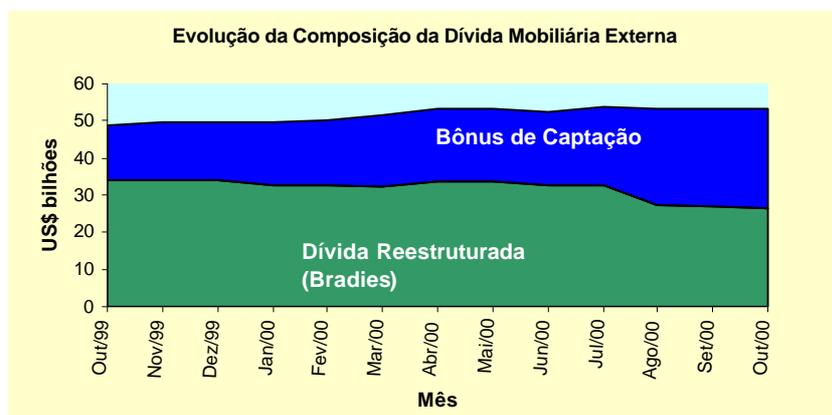
(R\$ milhões)

Discriminação	Principal	Juros e Encargos	Total
I. Encargos Totais	489,8	2.730,4	3.220,2
I.1. Organismos Multilaterais	60,9	74,1	135,0
I.2. Bancos Privados/Ag Gov	94,7	26,3	121,0
I.3. Clube de Paris	0,0	22,6	22,6
I.4. Dívida Mobiliária	334,2	2.607,3	2.941,5
BEA/DMLP - Bradies	334,1	1.772,2	2.106,3
Bônus Global 2009	0,0	269,0	269,0
Bônus Samurai 2003	0,0	23,3	23,3
Bônus Global 2004	0,0	323,5	323,5
Bônus Global 2008	0,0	108,6	108,6
Bônus Euro 2007	0,0	19,5	19,5
Bônus Euro 2004	0,0	91,3	91,3

Foram pagos, no mês, R\$ 3,2 bilhões para quitação de principal, juros e encargos da dívida externa.

Com a emissão do Euro 2007, a participação dos bônus da dívida renegociada no total da dívida externa ficou em 36,7%, contra 37,1% no mês passado, tendo sido mantida a política de substituição gradual dos títulos da dívida reestruturada por novos bônus, tal como demonstrado no gráfico a seguir.

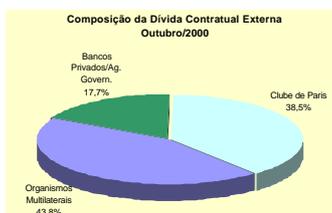
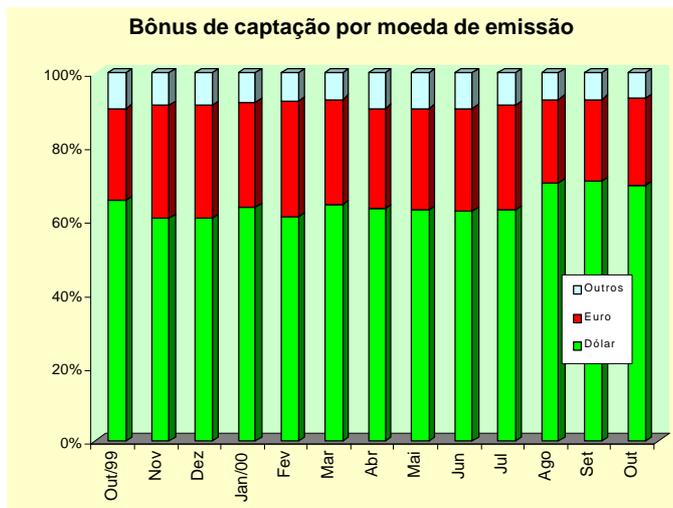
Características



A participação dos bônus de renegociação no total da dívida mobiliária externa continua sua tendência de queda.

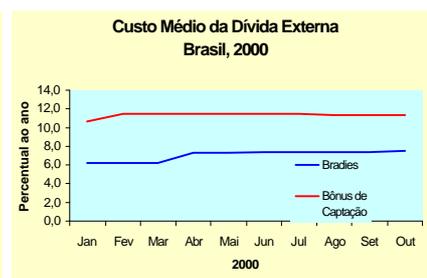
Em relação à composição por moeda relativamente ao bônus de captação, com a emissão do Euro 2007, a participação percentual dos títulos em euro subiu para 23,7% do total. Ao final do mês, os títulos em dólar representavam 69,3% do valor total dos bônus de captação e as demais moedas 7,0%, conforme pode ser observado no gráfico abaixo.

Com a nova emissão ocorrida no mês, o percentual dos títulos emitidos em euro subiu de 22,3% em setembro para 23,7% do total dos bônus de captação em outubro.



A dívida contratual externa do Tesouro Nacional está composta em sua maior parte pelos empréstimos junto a Organismos Multilaterais, cuja parcela equivale em outubro a 43,8% do total. A dívida contratual com o Clube de Paris e Bancos Privados/Agências Governamentais respondem por 38,5% e 17,7%, respectivamente.

Devido à aproximação dos vencimentos e à pequena variação em seus saldos, os prazos médios, tanto dos *Bradies* quanto dos bônus de captação, apresentaram pequena redução passando de 13,87 e 21,60 anos em setembro, para 13,74 e 21,51 anos em outubro, respectivamente.



O custo médio dos *Bradies* teve pequena elevação, passando de 7,39% a.a. no mês anterior para 7,53% a.a. no mês em análise, em decorrência da elevação de 0,25 ponto percentual na taxa Libor semestral para o período de 16/10/2000 a 17/04/2001. O acréscimo no custo médio, entretanto, não ocorreu na mesma proporção do acréscimo na taxa, visto que os dois cancelamentos realizados no mês foram de títulos que representavam custo individual acima do custo médio dos *Bradies*. Com relação aos bônus de captação, seu custo médio permaneceu inalterado em 11,32% a.a.

Anexos

Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

- **Tabela A1** – Resultado Primário do Governo Central
- **Tabela A2** – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional
- **Tabela A3** – Relacionamento Tesouro/Banco Central
- **Tabela A4** – Operações Oficiais de Crédito

Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)

- **Tabela A5** – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)
- **Tabela A6** – Dívida Externa do Tesouro Nacional
- **Tabela A7** – Dívida Pública Mobiliária Federal
- **Tabela A8** – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

Boletins de Transferências para Estados e Municípios

- Boletim FPE/FPM
- Boletim Fundef

TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Out/1999	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2000
I. RECEITA TOTAL	17.114,7	17.257,3	23.072,7	18.499,9	17.148,9	20.203,3	19.110,1	19.313,6	18.198,5	18.588,7	20.774,8	18.851,6	19.977,5
I.1. Receitas do Tesouro	13.214,1	13.324,4	15.933,6	14.553,9	13.065,8	15.869,9	14.940,8	14.941,4	13.778,8	14.042,2	16.113,1	14.351,0	15.482,4
I.1.1 Receita Bruta	13.835,9	13.751,2	16.536,2	15.158,0	13.302,2	16.222,4	15.163,1	15.193,3	14.958,7	15.273,3	17.733,6	14.743,4	16.122,0
- Impostos	6.578,6	6.120,6	8.456,3	7.153,9	6.371,8	7.865,1	6.998,5	6.533,5	6.824,3	7.290,9	7.178,6	6.965,8	7.424,9
- Contribuições	5.928,1	6.700,4	6.479,4	6.877,9	6.050,7	7.136,7	6.255,2	6.338,7	6.503,5	6.402,0	6.679,6	6.598,9	7.293,4
- Demais	1.329,2	930,2	1.600,6	1.126,2	879,7	1.220,6	1.909,3	2.321,1	1.630,8	1.580,4	3.875,4	1.178,7	1.403,7
I.1.2. (-) Restituições	(563,6)	(370,2)	(542,5)	(532,6)	(108,2)	(246,8)	(135,7)	(179,0)	(1.127,2)	(1.143,6)	(1.508,0)	(327,5)	(568,4)
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	(58,2)	(56,6)	(60,1)	(71,4)	(128,2)	(105,7)	(86,7)	(72,9)	(52,6)	(87,6)	(112,6)	(64,9)	(71,3)
I.2. Receitas da Previdência Social	3.900,6	3.932,9	7.139,0	3.946,0	4.083,1	4.333,3	4.169,4	4.372,2	4.419,7	4.546,6	4.661,7	4.500,6	4.495,2
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	2.866,4	2.798,6	3.109,2	3.365,2	3.220,2	3.325,1	3.455,6	3.384,3	3.011,6	3.167,3	3.456,5	3.221,8	3.356,8
II.1. Transferências Constitucionais	2.383,7	2.277,0	2.496,0	2.708,4	2.542,5	2.735,4	2.860,1	2.732,5	2.252,1	2.142,5	2.385,8	2.404,4	2.545,3
II.2. Lei Complementar 87/96	294,2	286,4	294,0	278,4	271,8	255,0	259,5	292,6	274,0	274,7	551,6	481,3	389,7
II.3. Demais	188,5	235,2	319,3	378,4	405,8	334,7	335,9	359,2	485,5	750,2	519,1	336,2	421,9
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	14.248,3	14.458,7	19.963,5	15.134,7	13.928,7	16.878,2	15.654,5	15.929,3	15.186,9	15.421,4	17.318,3	15.629,8	16.620,7
IV. DESPESA TOTAL	12.948,6	13.157,2	21.725,7	13.622,4	12.411,9	12.831,5	11.678,0	12.978,8	13.661,2	15.006,0	14.059,1	14.112,3	15.674,3
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	3.884,6	4.012,5	5.944,5	5.409,7	4.285,0	4.199,4	4.063,1	4.196,7	4.490,3	5.116,7	4.178,0	4.222,1	4.345,7
IV.1.1. INSS	251,5	239,1	357,2	272,2	268,6	234,0	255,7	235,7	275,8	318,3	224,8	254,2	263,0
IV.1.2. Demais	3.633,1	3.773,4	5.587,3	5.137,5	4.016,4	3.965,4	3.807,4	3.961,0	4.214,5	4.798,4	3.953,2	3.967,9	4.082,7
IV.2. Benefícios Previdenciários	4.727,1	5.153,7	8.703,7	4.671,8	4.670,7	4.781,3	4.810,7	4.995,4	5.056,7	5.199,7	5.260,5	5.334,2	5.405,5
IV.3. Custeio e Capital	4.336,9	3.991,1	7.077,6	3.540,8	3.456,2	3.850,8	2.804,2	3.786,6	4.114,3	4.689,6	4.620,7	4.556,0	5.923,0
IV.3.1. Despesa do FAT	373,6	359,0	555,4	315,0	436,9	653,6	214,7	627,7	374,4	506,2	558,9	472,9	555,1
- Abono e Seguro Desemprego	274,8	294,3	501,5	291,6	390,8	361,5	158,5	604,5	337,6	462,0	502,1	437,0	482,5
- Demais Despesas do FAT	98,8	64,7	53,9	23,4	46,1	292,1	56,2	23,3	36,8	44,1	56,8	36,0	72,5
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	699,6	193,2	138,2	23,0	101,0	258,6	175,5	217,7	133,1	237,0	364,2	259,5	1.292,6
- Operações Oficiais de Crédito	603,1	147,1	91,2	22,8	48,3	183,3	91,4	118,4	63,1	150,7	336,6	214,2	1.237,6
- Subvenções aos Fundos Regionais	96,5	46,2	47,1	0,3	52,7	75,2	84,1	99,2	70,1	86,4	27,6	45,3	55,0
IV.3.3. Outras Despesas de Custeio e Capital	3.263,7	3.438,9	6.384,0	3.202,8	2.918,3	2.938,6	2.414,0	2.941,3	3.606,8	3.946,4	3.697,6	3.823,6	4.075,4
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)	1.299,6	1.301,4	(1.762,2)	1.512,3	1.516,9	4.046,7	3.976,5	2.950,5	1.525,7	415,4	3.259,2	1.517,5	946,4
V.1. Tesouro Nacional	2.126,2	2.522,3	(197,6)	2.238,2	2.104,5	4.494,7	4.617,9	3.573,7	2.162,7	1.068,5	3.857,9	2.351,2	1.856,8
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	(826,5)	(1.220,8)	(1.564,6)	(725,8)	(587,6)	(448,0)	(641,4)	(623,2)	(637,0)	(653,1)	(598,8)	(833,7)	(910,4)
VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)	(67,3)	(63,3)	(106,5)	(43,1)	(61,8)	(49,4)	(40,9)	(68,4)	29,4	48,7	(7,3)	(48,2)	(78,6)
VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)	1.232,3	1.238,1	(1.868,7)	1.469,2	1.455,1	3.997,3	3.935,6	2.882,1	1.555,0	464,1	3.251,9	1.469,2	867,9
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	(548,0)	(862,9)	514,4	(324,2)	926,6	954,7	(1.766,5)	306,6	240,6	(66,1)	1.400,9	286,6	nd
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (3)	684,3	375,2	(1.354,3)	1.145,0	2.381,7	4.952,0	2.169,1	3.188,7	1.795,6	398,0	4.652,8	1.755,9	nd
X. JUROS NOMINAIS (3)	(6.442,3)	1.716,9	3.061,1	(2.885,8)	(3.362,4)	(2.936,8)	(6.919,4)	(6.548,5)	(3.286,1)	(2.682,2)	(5.949,6)	(2.927,6)	nd
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (3)	(5.758,0)	2.092,2	1.706,8	(1.740,7)	(980,7)	2.015,2	(4.750,3)	(3.359,7)	(1.490,4)	(2.284,2)	(1.296,8)	(1.171,8)	nd

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias

(3) Pelo critério "abaixo-da-linha". Fonte: Banco Central do Brasil

TABELA A2 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL (*)

R\$ milhões

	Out/1999	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2000
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	13.156,2	13.052,5	19.264,4	12.008,9	13.322,7	15.766,5	14.675,5	14.487,0	14.584,9	12.813,7	14.983,9	14.355,7	15.349,3
I.1 - Recolhimento Bruto	12.116,4	12.531,6	18.432,7	11.203,4	12.773,3	15.135,8	13.553,4	13.873,5	13.758,6	11.907,9	13.906,3	13.625,6	14.056,6
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	(58,2)	(56,6)	(60,1)	(71,4)	(128,2)	(105,7)	(86,7)	(72,9)	(52,6)	(87,6)	(112,6)	(72,9)	(63,2)
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	837,0	368,9	493,0	396,8	512,7	605,3	934,7	520,3	725,7	506,6	1.035,6	660,7	1.151,2
I.4 - Receita das Operações de Crédito	259,2	206,9	396,9	475,9	160,9	127,1	270,1	161,9	148,9	483,1	150,6	137,9	199,8
I.5 - Remuneração de Disponibilidades - BB	1,9	1,8	1,9	4,3	4,0	4,0	4,0	4,1	4,3	3,6	3,9	4,4	4,9
II. DESPESAS	13.901,7	12.742,4	16.815,9	12.061,0	12.670,6	13.490,9	14.770,4	14.549,9	15.922,9	15.285,2	17.442,6	13.736,4	18.915,5
II.1 - Liberações Vinculadas	3.506,3	3.389,2	3.638,4	4.180,8	3.884,5	3.402,5	3.282,1	5.384,1	3.579,6	3.450,1	4.049,6	3.902,6	3.956,3
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	2.530,1	2.416,1	2.648,9	2.881,0	2.706,3	2.735,4	2.860,1	3.272,9	2.395,7	2.279,0	2.538,0	2.557,9	2.707,6
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	72,4	52,3	38,3	155,5	216,9	132,4	130,3	147,0	266,0	148,9	291,3	155,6	153,6
II.1.3 - Transferência da Lei Complementar 87	283,9	281,3	287,8	276,8	271,8	254,8	259,3	292,4	274,0	274,4	551,4	481,0	389,5
II.1.4 - Outras Vinculações	619,8	639,4	663,4	867,4	689,4	279,9	32,4	1.671,9	643,9	747,7	668,8	708,1	705,6
II.2 - Liberações Ordinárias	10.395,4	9.353,3	13.177,5	7.880,2	8.786,1	10.088,4	11.488,3	9.165,8	12.343,3	11.835,1	13.393,0	9.833,8	14.959,2
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.716,6	4.107,7	6.003,7	5.663,3	4.264,3	4.034,5	3.988,8	4.194,9	5.193,9	4.781,8	4.218,7	4.302,1	4.299,2
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	2.515,0	1.036,7	848,6	353,1	541,4	773,5	2.710,6	650,0	1.019,3	663,5	797,2	627,0	3.489,2
i) Dívida Contratual Interna	207,1	488,5	147,0	223,3	199,8	287,1	224,0	184,2	210,4	209,9	199,5	225,1	715,9
ii) Dívida Contratual Externa	2.307,9	548,1	701,6	129,8	341,6	486,4	2.486,6	465,9	808,8	453,6	597,8	401,9	2.773,3
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	1.122,2	446,9	722,3	467,3	1.333,0	2.684,5	2.263,6	1.597,4	2.019,6	2.416,2	4.817,7	1.559,4	3.031,7
II.2.4 - Custeio e Investimento	2.702,1	3.532,2	5.455,8	1.291,4	2.488,4	2.333,7	2.337,9	2.514,8	3.978,4	3.780,0	3.065,6	3.079,2	3.944,6
II.2.5 - Operações Oficiais de Crédito	339,5	229,7	147,1	105,0	158,9	262,3	187,3	208,7	132,1	193,7	493,8	266,0	194,5
II.2.6 - Restos a Pagar													
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	(745,4)	310,1	2.448,5	(52,0)	652,2	2.275,6	(94,8)	(62,9)	(1.337,9)	(2.471,5)	(2.458,7)	619,2	(3.566,2)
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	26.472,0	22.054,2	18.532,5	26.097,4	31.181,1	45.022,3	28.626,7	16.439,7	15.811,7	22.164,8	30.527,6	14.139,6	20.692,9
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	26.085,6	15.801,7	17.767,5	23.890,0	29.469,9	41.571,0	25.578,7	16.087,6	14.097,9	17.586,4	23.875,6	12.370,3	17.294,1
IV.2 - Outras Operações de Crédito	386,4	6.252,5	765,0	2.207,3	1.711,3	3.451,3	3.048,0	352,1	1.713,9	4.578,4	6.652,0	1.769,2	3.398,7
V. DESPESAS	14.355,2	15.427,6	30.029,3	21.446,6	27.400,9	36.372,6	26.252,5	22.969,0	17.598,4	19.559,8	32.969,3	17.216,9	26.051,4
V.1 - Resgate de Títulos - Mercado	13.805,3	13.452,7	27.235,5	21.104,9	26.631,1	34.349,8	25.706,6	22.328,4	14.788,4	18.433,6	32.113,8	16.492,4	23.461,6
V.2 - Amortização da Dívida Contratual	481,1	1.743,9	2.564,7	341,7	769,7	2.022,8	545,9	640,6	2.810,0	1.126,2	855,5	724,5	2.589,7
V.2.1 - Dívida Interna	189,2	1.567,2	114,6	284,7	392,2	514,5	279,8	478,9	322,4	343,3	583,7	446,2	2.098,9
V.2.2 - Dívida Externa	291,9	176,7	2.450,1	57,0	377,5	1.508,2	266,1	161,7	2.487,6	782,9	271,8	278,3	490,9
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	68,8	231,1	229,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	12.280,3	2.349,1	(9.468,0)	2.785,1	2.838,8	7.221,2	(127,9)	(6.240,8)	(690,6)	(847,2)	(8.238,1)	(4.122,1)	(6.167,5)
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	(2.179,6)	1.769,5	(37.372,5)	(3.617,4)	(11.138,2)	814,7	(3.856,9)	11.901,3	8.038,2	14.032,8	3.621,8	1.315,5	(4.550,6)
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	9.191,8	8.706,2	(46.420,8)	981,4	(6.705,8)	11.740,0	(1.577,6)	5.309,1	4.913,6	14.166,2	(1.278,5)	(1.142,7)	(13.475,3)

(*) Dados retificados



TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL

R\$ milhões

	Out/1999	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2000
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	1.557,4	2.414,5	3.460,2	1.183,2	2.670,8	4.234,0	6.635,8	25.196,5	12.958,2	18.393,2	8.126,8	4.454,1	1.254,6
I.1. Emissão de Títulos	4,1	881,6	1.781,6	-	1.683,1	3.329,3	5.498,2	24.383,0	12.102,6	17.393,5	7.070,3	3.065,7	-
I.2. Remuneração das Disponibilidades	1.529,8	1.456,3	1.614,4	1.138,6	947,8	882,4	1.062,6	739,5	774,9	932,6	994,6	1.315,6	1.188,7
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	23,5	76,5	64,3	44,6	39,8	22,2	75,0	73,9	80,7	67,1	62,0	72,9	65,9
II. DESPESAS NO BACEN	3.737,0	645,0	40.832,7	4.800,6	13.809,0	3.419,3	10.492,7	13.295,2	4.920,0	4.360,4	4.505,1	3.138,7	5.805,2
II.1. Resgate de Títulos	3.409,1	511,6	37.618,4	4.732,3	13.176,7	3.281,2	9.344,2	12.896,5	4.757,1	4.151,6	4.266,3	2.959,6	5.384,6
II.2. Encargos da DPMF	327,9	133,4	3.214,3	68,3	632,3	138,1	1.148,5	398,7	162,9	208,9	238,7	179,1	420,6
III. RESULTADO (I - II)	(2.179,6)	1.769,5	(37.372,5)	(3.617,4)	(11.138,2)	814,7	(3.856,9)	11.901,3	8.038,2	14.032,8	3.621,8	1.315,5	(4.550,6)

TABELA A4 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO

R\$ milhões

	Out/1999	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2000
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	8,2	8,5	10,1	13,7	12,0	11,0	11,6	9,9	10,6	8,0	6,5	5,5	8,4
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	-	-	8,5	-	6,4	-	-	-	-	-	6,5	-	-
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	160,7	18,3	3,9	(12,2)	(40,5)	3,5	12,6	39,4	4,6	42,2	245,8	63,8	53,5
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,6	0,5	0,5	0,5	0,4	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,2	0,2	0,3
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	147,0	7,0	(32,7)	(14,9)	(40,9)	4,4	12,3	39,2	4,3	41,3	235,6	59,1	31,2
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	13,0	10,8	36,1	2,2	-	(1,2)	-	-	-	0,7	10,0	4,4	22,1
IV. EQUALIZAÇÃO PRONAF	1,5	25,2	24,0	19,9	54,2	17,9	19,5	19,0	21,3	40,4	59,2	19,7	15,6
V. EQUALIZAÇÃO PROEX	121,7	95,1	44,6	1,3	16,2	151,0	47,6	50,1	26,6	60,2	18,6	125,2	34,7
VI. TOTAL	292,1	147,1	91,2	22,8	48,3	183,3	91,4	118,4	63,1	150,7	336,6	214,2	112,1

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO MERCADO (*)

R\$ milhões

	Out/1999	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2000
I. DÍVIDA INTERNA	94.778,8	95.055,4	88.480,8	97.228,8	93.355,0	99.849,8	104.443,8	98.668,1	100.341,3	99.635,8	94.694,3	95.941,2	94.344,0
Dívida Mobiliária em Mercado- DPMF	322.076,8	326.430,1	346.778,7	354.562,3	359.688,8	367.119,8	373.303,2	385.053,5	390.144,3	392.328,1	392.672,8	399.816,7	402.309,9
Dívida Bancária	39.209,8	39.389,1	39.502,6	39.613,1	39.748,2	39.745,7	39.768,7	39.851,4	39.887,2	39.964,4	40.065,0	40.205,1	40.227,1
Dívida Securitizada (Exceto CVS)	20.099,4	20.380,1	21.895,6	25.059,2	25.196,9	24.372,5	23.538,1	23.391,7	23.472,1	23.923,0	21.391,3	21.134,8	18.901,9
CVS	7.695,1	7.745,8	7.747,4	7.792,3	7.930,7	7.746,6	8.075,1	8.213,4	8.260,5	8.261,4	6.641,2	6.680,3	6.752,7
Títulos da Dívida Agrária -TDA	3.229,8	3.261,0	3.154,0	3.118,2	3.106,3	3.101,4	3.065,4	3.096,0	2.766,6	2.767,9	2.732,0	2.702,8	2.638,3
Certificados de Privatização	40,3	40,4	40,5	40,6	40,7	40,8	40,9	40,9	40,6	38,8	38,9	38,9	38,9
INSS	-9.664,2	-9.908,7	-10.030,6	-9.575,4	-9.673,2	-9.691,5	-9.709,0	-9.721,6	-9.799,6	-9.890,4	-9.983,7	-10.124,4	-10.194,2
Lei 7.976/89	-12.004,4	-11.712,4	-10.942,2	-10.618,2	-10.198,9	-10.076,0	-10.239,9	-10.334,9	-10.006,2	-9.772,4	-9.896,7	-9.964,5	-10.227,5
Bônus Renegociação	-19.549,1	-19.298,6	-16.210,9	-16.014,9	-15.929,1	-15.491,5	-15.564,2	-16.009,3	-16.295,6	-17.414,0	-17.922,9	-18.179,5	-18.231,6
Lei 8.727/93	-42.977,0	-43.193,4	-43.351,1	-43.499,4	-43.664,5	-43.675,6	-43.714,7	-43.814,1	-43.866,5	-43.968,5	-44.098,9	-44.283,3	-44.330,5
Lei 9.496/97	-102.004,8	-103.692,3	-121.833,3	-122.418,0	-124.706,4	-125.487,0	-125.883,4	-127.930,2	-129.701,0	-128.906,8	-132.694,3	-135.812,2	-135.339,5
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-2.781,6	-2.865,8	-3.851,8	-4.233,0	-4.796,7	-4.805,7	-4.822,0	-16.115,5	-16.804,4	-17.048,1	-17.442,2	-17.825,2	-17.915,9
Recebíveis dos Estados	-3.788,0	-3.878,4	-6.070,5	-6.175,1	-6.268,5	-6.310,9	-6.353,1	-6.392,3	-6.466,5	-6.467,8	-6.646,2	-6.800,1	-6.880,4
Recebíveis das Estatais	-19.375,2	-20.503,3	-21.072,1	-21.283,9	-27.365,8	-27.102,6	-27.477,1	-26.282,6	-26.247,3	-26.210,4	-21.603,3	-22.222,8	-22.648,7
Outros	-9.661,3	-9.670,7	-20.833,6	-21.030,5	-21.248,9	-21.232,4	-20.830,6	-24.070,3	-23.868,4	-23.786,0	-24.269,1	-24.141,9	-23.877,1
Fat	-45.003,0	-45.520,8	-45.486,7	-46.928,6	-47.449,7	-47.219,6	-47.039,5	-49.000,8	-49.547,5	-50.894,2	-51.229,7	-51.472,5	-52.376,9
Demais Entidades	-18.305,0	-18.346,5	-18.573,2	-18.901,0	-18.841,8	-18.817,3	-18.927,4	-19.517,7	-20.199,0	-20.466,6	-20.825,6	-21.154,7	-21.577,9
Créditos das Operações Oficiais	-10.230,0	-10.728,2	-10.556,0	-9.172,9	-9.058,1	-9.021,8	-9.180,7	-9.060,5	-9.131,2	-9.238,3	-9.610,2	-9.703,7	-8.883,3
Arrecadação a Recolher	-2.229,0	-2.872,0	-1.826,0	-3.106,0	-3.155,0	-3.345,0	-3.606,0	-2.729,0	-2.297,0	-3.584,0	-2.624,0	-2.952,6	-4.041,4
II. DÍVIDA EXTERNA	123.127,5	125.310,2	116.769,1	117.485,0	115.822,3	116.724,6	125.427,8	126.988,9	124.339,1	124.694,2	127.380,5	128.306,1	133.193,0
Dívida Mobiliária	95.121,5	95.855,8	89.184,6	89.551,4	89.075,7	89.622,9	96.043,5	97.257,6	94.501,7	95.198,3	97.331,3	97.784,9	101.421,9
Títulos Depositados em Garantias	-6.044,1	-5.914,8	-4.495,7	-4.535,8	-4.694,6	-4.837,1	-4.515,6	-4.506,1	-4.504,1	-4.542,8	-4.816,4	-4.707,2	-4.368,6
Dívida Contratual	34.850,0	36.153,3	32.903,6	33.277,2	32.227,1	32.751,3	34.724,2	35.073,3	35.290,8	34.990,8	35.841,9	36.092,9	37.028,8
Disponibilidades	-799,9	-784,1	-823,3	-807,9	-785,9	-812,5	-824,3	-835,8	-949,3	-952,1	-976,3	-864,5	-889,0
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	217.906,3	220.365,6	205.249,9	214.713,7	209.177,3	216.574,4	229.871,6	225.657,0	224.680,3	224.330,1	222.074,7	224.247,3	227.537,0
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	23,4%	23,3%	21,4%	22,1%	21,3%	21,9%	23,1%	22,4%	22,1%	21,8%	21,3%	21,2%	21,3%

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA DO TESOUREO NACIONAL

R\$ milhões

	Out/1999	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2000
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	95.121,5	95.855,8	89.184,6	89.551,4	89.075,7	89.622,9	96.043,5	97.257,6	94.501,7	95.198,3	97.331,3	97.784,9	101.421,9
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	66.228,2	65.200,7	60.665,6	59.371,9	58.255,1	56.380,1	61.040,7	61.682,3	59.296,8	57.728,5	49.463,2	49.732,6	50.797,5
Brazil Investment Bond (BIB)	1.640,8	1.615,3	1.503,0	1.505,9	1.477,5	1.407,7	1.455,5	1.455,1	1.434,0	1.348,8	1.246,4	981,9	1.016,7
Interest Due and Unpaid (IDU)	4.841,1	4.766,0	4.434,6	2.978,6	2.922,5	2.887,5	2.985,7	3.018,5	1.487,3	1.466,5	1.506,6	1.523,4	1.577,4
Par Bond (PB)	7.556,8	7.439,6	6.922,2	6.974,1	6.842,9	6.365,8	6.544,4	6.602,2	6.506,1	6.415,0	5.427,3	5.487,7	5.682,1
Discount Bond (DB)	7.708,9	7.589,3	7.061,5	7.114,4	6.980,6	6.556,2	6.779,1	6.853,7	6.753,9	6.659,4	6.247,7	6.317,3	6.541,1
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	3.393,7	3.341,1	3.108,2	3.132,0	3.073,1	2.887,8	2.985,9	3.018,8	2.974,9	2.787,7	1.163,4	1.176,3	1.218,0
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	12.994,9	12.793,3	11.903,1	11.741,2	11.520,4	11.625,6	14.802,6	14.965,6	14.747,7	14.541,2	12.859,2	13.002,3	13.110,2
Debt Conversion Bond (DCB)	15.668,4	15.425,3	14.352,7	14.460,2	14.188,2	13.960,5	14.435,1	14.594,1	14.381,6	14.180,2	11.631,8	11.758,3	12.174,8
New Money Bond (NMB)	4.372,9	4.305,0	4.005,7	4.035,7	3.959,8	3.912,3	4.045,3	4.089,9	4.030,3	3.776,5	3.271,7	3.308,1	3.425,2
Eligible Interest (EI)	8.050,6	7.925,7	7.374,6	7.429,8	7.290,1	6.776,7	7.007,1	7.084,2	6.981,1	6.553,2	6.109,1	6.177,1	6.052,0
I.2. BÔNUS CAPTAÇÃO	28.893,3	30.655,1	28.519,0	30.179,6	30.820,7	33.242,8	35.002,8	35.575,3	35.204,9	37.469,8	47.868,2	48.052,3	50.624,3
Bônus Samurai	561,8	565,5	522,7	502,4	480,5	509,8	500,3	507,7	508,7	485,7	511,9	510,6	524,1
Bônus Global	1.464,8	1.442,0	1.341,8	1.351,8	1.326,4	1.310,5	1.355,0	1.370,0	1.350,0	1.331,1	1.367,6	1.382,8	1.431,8
Bônus Marco Alemão 2007	1.053,0	991,5	922,0	894,1	872,0	868,6	898,1	908,0	894,8	882,2	906,4	916,5	948,9
Bônus Parallel Franco	314,0	295,6	274,9	266,6	260,0	254,6	251,1	261,0	261,5	250,6	246,8	248,2	246,9
Bônus Parallel Florim	373,8	352,0	327,3	317,4	309,6	303,1	299,0	310,8	311,4	298,4	293,9	295,5	294,0
Bônus Parallel Xelim	299,4	281,9	262,1	254,2	247,9	246,5	254,9	257,7	253,9	250,4	257,2	260,1	269,3
Bônus Global 2027	6.835,5	6.729,5	6.261,5	6.308,4	6.189,8	6.115,6	6.323,5	6.393,1	6.300,0	6.211,8	6.381,9	6.453,0	6.681,5
Bônus EuroIira	797,8	751,1	698,5	677,4	660,5	658,0	680,4	687,9	677,8	668,3	686,6	694,3	718,9
Bônus Eurosterling 2007	482,7	461,8	434,0	437,3	419,3	418,1	421,3	412,0	419,2	396,6	396,5	408,7	415,4
Bônus Euro 2003	1.031,8	971,5	903,4	876,1	854,5	836,8	825,4	857,8	859,5	823,6	811,2	815,8	811,6
Bônus Global 2008	789,8	743,6	691,5	670,6	654,0	651,4	673,6	681,0	671,1	661,7	679,8	687,4	711,7
Bônus Marco Alemão 2008	2.441,3	2.403,4	2.236,3	2.253,0	2.210,6	2.184,1	2.258,4	2.283,3	2.250,0	2.218,5	2.279,3	2.304,6	2.386,3
Bônus Global 2004	5.859,0	5.768,1	5.367,0	5.407,2	5.305,5	5.241,9	5.420,1	5.479,8	5.400,0	5.324,4	5.470,2	5.531,1	5.727,0
Bônus Euro 2002	1.650,9	1.554,5	1.445,5	1.401,8	1.367,1	1.338,8	1.320,7	1.372,5	1.375,2	1.317,7	1.297,9	1.305,3	1.298,6
Bônus Euro 2004	1.031,8	971,5	903,4	876,1	854,4	836,8	825,4	857,8	859,5	823,6	811,2	815,8	811,6
Bônus Global 2009	3.906,0	3.845,4	3.578,0	3.604,8	3.537,0	3.494,6	3.613,4	3.653,2	3.600,0	3.549,6	3.646,8	3.687,4	3.818,0
Bônus Euro 2006	-	1.360,2	1.264,8	1.226,6	1.196,2	1.171,5	1.155,6	1.201,0	1.203,3	1.153,0	1.424,2	1.142,1	1.136,3
Bônus Euro 2001	-	1.165,9	1.084,1	1.051,4	1.025,3	1.004,1	990,5	1.029,4	1.031,4	988,3	973,4	978,9	974,0
Bônus Global 2020	-	-	-	1.802,4	1.768,5	1.747,3	1.806,7	1.826,6	1.800,0	1.774,8	1.823,4	1.843,7	1.909,0
Bônus Euro 2010	-	-	-	-	1.281,7	1.255,1	1.238,2	1.286,8	1.289,2	1.235,3	1.216,8	1.223,7	1.217,5
Bônus Global 2030	-	-	-	-	-	2.795,7	2.890,7	2.922,6	2.880,0	2.839,7	2.917,4	2.949,9	3.054,4
Bônus Samurai 2003	-	-	-	-	-	-	1.000,5	1.015,5	1.017,5	971,5	1.023,9	1.021,1	1.048,3
Bônus Euro 2005	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.235,3	1.216,8	1.223,7	1.217,5
Bônus Global 2007	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.774,8	1.823,4	1.843,7	1.909,0
Bônus Global 2040	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.403,8	9.508,5	9.845,3
Bônus Euro 2007	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.217,5
II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	(6.044,1)	(5.914,8)	(4.495,7)	(4.535,8)	(4.694,6)	(4.837,1)	(4.515,6)	(4.506,1)	(4.504,1)	(4.542,8)	(4.816,4)	(4.707,2)	(4.368,6)
III. DÍVIDA CONTRATUAL	34.850,0	36.153,3	32.903,6	33.277,2	32.227,1	32.751,3	34.724,2	35.073,3	35.290,8	34.990,8	35.841,9	36.092,9	37.028,8
IV. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	(799,9)	(784,1)	(823,3)	(807,9)	(785,9)	(812,5)	(824,3)	(835,8)	(949,3)	(952,1)	(976,3)	(864,5)	(889,0)
V. TOTAL (I+II+III+IV)	123.127,5	125.310,2	116.769,1	117.485,0	115.822,3	116.724,6	125.427,8	126.988,9	124.339,1	124.694,2	127.380,5	128.306,1	133.193,0
DÍVIDA EXTERNA TOTAL/PIB	13,2%	13,3%	12,2%	12,1%	11,8%	11,8%	12,6%	12,6%	12,2%	12,1%	12,2%	12,2%	12,5%

Obs: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL

R\$ milhões

	Out/1999	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2000
DÍVIDA MOBILIÁRIA TOTAL	458.463,4	465.702,3	452.408,4	456.893,7	462.382,3	474.563,8	477.764,8	480.548,7	492.767,4	509.864,8	516.609,4	523.275,0	525.036,8
I. Dívida com Mercado	322.076,8	326.430,1	346.778,7	354.562,3	359.688,8	367.119,8	373.303,2	385.053,5	390.144,3	392.328,1	392.672,8	399.816,7	402.309,9
LTN	47.659,4	46.773,1	39.716,6	42.790,2	47.244,2	56.743,3	64.721,0	61.290,2	65.432,2	68.607,6	72.461,4	77.352,9	79.522,0
LFT	143.847,0	149.693,7	151.128,1	161.715,9	175.934,2	189.781,6	186.330,2	194.760,1	206.642,7	206.883,1	199.262,0	202.021,7	201.706,1
LFT-A	4.244,1	3.885,7	17.485,9	17.641,6	17.775,1	17.934,2	18.065,9	18.295,2	18.506,7	18.821,6	18.978,7	19.101,7	19.237,3
LFT-B	20.137,9	20.146,7	27.213,9	27.314,0	27.658,7	26.030,5	25.842,0	36.981,7	35.967,3	35.073,4	36.014,6	36.229,3	36.401,4
LFT-E	1.098,8	1.114,0	1.272,1	1.290,6	1.309,4	1.328,3	1.345,5	1.365,6	1.384,7	1.349,7	1.368,7	1.039,9	1.053,3
NTN-A	7.981,1	7.893,4	7.379,4	7.478,0	7.370,0	7.315,2	7.390,7	7.525,4	7.451,3	7.382,9	7.622,6	7.975,3	8.397,9
NTN-C	-	-	830,6	850,5	1.720,4	2.603,2	4.301,3	4.406,6	4.335,6	4.641,1	5.343,6	5.913,5	6.454,0
NTN-D	30.143,9	29.775,8	27.346,1	27.706,4	27.027,4	25.790,4	25.398,6	24.966,6	23.811,2	22.743,1	22.170,3	20.486,9	19.733,8
NTN-I	1.540,7	1.552,9	1.292,8	1.264,3	1.230,0	1.246,5	1.362,8	1.288,9	1.302,3	1.331,1	1.321,9	1.292,9	1.449,5
NTN-P	10.202,0	10.270,2	10.351,0	10.425,6	10.501,7	10.576,6	10.643,4	10.720,8	10.690,1	10.760,3	10.834,6	10.927,2	10.999,0
NTN-S	48.556,7	48.623,6	48.160,2	41.407,2	28.694,4	14.610,9	14.821,1	8.847,4	-	-	-	-	-
CFT-D	2.293,1	2.268,3	2.276,1	2.304,5	730,0	760,5	768,6	2.088,1	2.024,5	1.961,0	1.948,5	1.960,6	1.967,4
Demais	4.372,0	4.432,6	12.326,0	12.373,6	12.493,2	12.398,7	12.312,0	12.516,6	12.595,7	12.773,4	15.346,0	15.514,8	15.388,1
II. Dívida com BACEN	69.611,4	71.979,7	53.875,5	50.149,3	57.082,9	61.460,0	57.956,0	95.495,3	102.623,1	117.536,7	123.936,6	123.458,3	122.726,9
LTN	-	1.268,4	9.565,2	5.661,8	5.448,1	4.514,2	3.075,3	27.859,9	27.400,9	34.293,2	39.910,4	39.043,9	37.594,7
LFT	31.676,7	32.117,2	35.262,1	35.353,5	35.438,3	41.035,9	38.698,2	9.601,5	16.902,2	24.053,6	24.348,5	24.332,9	24.620,2
LFT-A	36.041,1	36.721,7	7.303,4	7.366,2	14.455,1	14.573,2	14.449,3	56.269,8	56.689,1	57.060,9	57.490,4	57.814,5	58.176,5
NTN-A	1.889,9	1.868,6	1.740,9	1.763,9	1.737,4	1.332,7	1.729,3	1.760,1	1.626,8	1.528,3	1.584,3	1.663,0	1.730,4
Demais	3,8	3,8	3,9	3,9	3,9	3,9	4,0	4,0	4,0	600,6	603,0	603,9	605,2
III. Títulos em Tesouraria	66.775,2	67.292,4	51.754,2	52.182,1	45.610,6	45.984,0	46.505,6	-	-	-	-	-	-
Dívida Mercado/PIB	34,6%	34,6%	36,1%	36,5%	36,6%	37,1%	37,5%	38,3%	38,4%	38,1%	37,6%	37,9%	37,7%

Obs: Dados sujeitos a alteração.



TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

R\$ milhões

	Out/1999	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2000
I. INTERNA	-63.308,0	-63.867,4	-64.059,9	-65.829,6	-66.291,5	-66.036,8	-65.966,8	-68.518,5	-69.746,5	-71.360,8	-72.055,3	-72.627,2	-73.954,7
Dívida contratual	273,1	272,9	343,8	347,4	630,6	626,5	615,3	625,2	627,9	622,2	622,2	628,4	638,7
FAT	-45.003,0	-45.520,8	-45.486,7	-46.928,6	-47.449,7	-47.219,6	-47.039,5	-49.000,8	-49.547,5	-50.894,2	-51.229,7	-51.472,5	-52.376,9
Aplicações financeiras	-2.113,3	-2.074,5	-1.808,6	-1.902,9	-1.996,7	-2.034,2	-2.271,0	-2.322,5	-2.603,7	-2.693,2	-2.781,0	-2.750,6	-2.858,9
Fundos Regionais	-10.572,8	-10.770,0	-10.982,1	-11.258,7	-11.476,5	-11.510,2	-11.526,6	-12.068,3	-12.247,2	-12.397,4	-12.623,3	-12.834,6	-13.041,8
Demais	-5.892,0	-5.775,0	-6.126,4	-6.086,8	-5.999,2	-5.899,4	-5.745,1	-5.752,1	-5.976,0	-5.998,2	-6.043,6	-6.197,8	-6.315,8
II. EXTERNA	-799,9	-784,1	-823,3	-807,9	-785,9	-812,5	-824,3	-835,8	-949,3	-952,1	-976,3	-864,5	-889,0
Disponibilidades	-799,9	-784,1	-823,3	-807,9	-785,9	-812,5	-824,3	-835,8	-949,3	-952,1	-976,3	-864,5	-889,0
III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)	-64.107,9	-64.651,5	-64.883,2	-66.637,5	-67.077,4	-66.849,4	-66.791,1	-69.354,3	-70.695,8	-72.312,9	-73.031,6	-73.491,7	-74.843,8
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	-6,9%	-6,8%	-6,8%	-6,9%	-6,8%	-6,8%	-6,7%	-6,9%	-7,0%	-7,0%	-7,0%	-7,0%	-7,0%

(-) Haver (+) Obrigação

Obs: Dados sujeitos a alteração.

COMENTÁRIOS

Os repasses aos Fundos de Participação, em outubro, foram 5,7% maiores que os valores distribuídos no mês de setembro/2000. Esse incremento deveu-se, basicamente, à arrecadação atípica do IRRF— Imposto sobre a Renda Retido na Fonte, ocorrida no final de setembro/00 (260,0 milhões) base de cálculo da 1ª cota dos fundos, em outubro/00.

Em relação ao mesmo mês de 1999, o FPM e o FPE apresentaram, respectivamente, crescimento nominal de 2,4% e 10,8%.

Os valores distribuídos nos meses de janeiro a outubro/2000 foram, em termos nominais, 7,9% maiores para o FPM e 16,4% maiores para o FPE, comparando-se com o montante transferido no mesmo período de 1999.

Em outubro, as transferências por conta do IPI apresentaram acréscimo de 7,8% e comparação aos valores transferidos no mês de setembro. Relativamente a outubro/99, observou-se um aumento nominal de 12,4%. Os valores repassados de janeiro a outubro de 2000, em relação ao mesmo período de 1999, apresentaram um crescimento nominal de 10,8%.

DISTRIBUIÇÃO DO FPM/FPE

ANO	FPM * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	OUT	SET	JAN A OUT	OUT/00 SET/00	OUT/00 OUT/99	JAN - OUT/00 JAN - OUT/99
1999	1.188,1	996,7	11.343,0	-	-	-
2000	1.217,4	1.151,4	12.242,5	+5,7%	+ 2,4%	+ 7,9%

ANO	FPE * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	OUT	SET	JAN A OUT	OUT/00 SET/00	OUT/00 OUT/99	JAN - OUT/00 JAN - OUT/99
1999	1.049,2	880,7	10.001,9	-	-	-
2000	1.163,3	1.100,2	11.644,7	+5,7%	+10,8%	+ 16,4%

(*) Não excluídos 15% para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério-FUNDEF

PREVISTO X REALIZADO

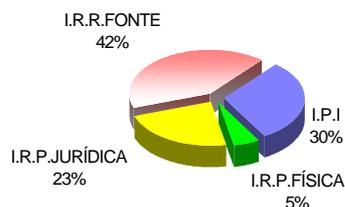
De acordo com a Portaria STN 511/99, de 20.12.99 (DOU de 22.12.99) os créditos no mês de **outubro** foram efetuados nas seguintes datas: **10/10, 20/10 e 30/10**. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

Mês	FPE		FPM		IPI-EXP	
	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.
OUT	+ 3,8 %	+ 5,7 %	+ 3,8 %	+ 5,7 %	+ 8,5 %	+ 7,8 %

COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS

Em outubro os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:

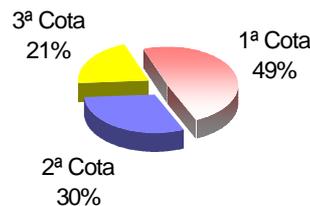
BASE DE CÁLCULO DO FPM/FPE/FNO/FNE/FCO



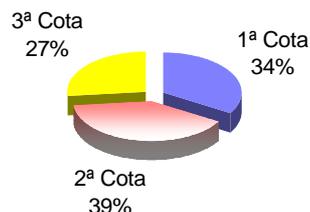
DISTRIBUIÇÃO NOS DECÊNDIOS

Os percentuais de cada cota decencial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:

FPE/FPM/FNE/FNO/FCO



IPI-EXP



DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do IPI e do IR no período de 21 de setembro a 20 de outubro, conforme demonstrativo abaixo: R\$

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida Realizada (Competência)			Receita Classificada (Caixa)	Base de Cálculo IPI+IR	Transferências Constitucionais			
						Valores Distribuídos			
	IPI	IR	IPI+IR			FPE (1)	FPM (1) (2)	IPI-EXP (1)	FUNDEF(3)
3º Dec./Set.	553,6	2.095,5	2.649,1						
OUT/2000	1.660,6	3.976,3	5.636,8	OUT/2000	5.410,6	988,8	1.034,8	139,9	381,8
1º Dec./Out.	654,8	992,4	1.647,3	3º Dec./Set.	2.649,1	484,1	506,6	47,1	183,1
2º Dec./Out.	437,5	676,8	1.114,3	1º Dec./Out.	1.647,3	301,0	315,0	55,7	118,5
3º Dec./Out.	568,3	2.307,0	2.875,3	2º Dec./Out.	1.114,3	203,6	213,1	37,2	80,1

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Conforme decisão judicial, desde maio/99 o município de Recife (PE) não vem participando do FUNDEF, assim como os municípios paulistas de Diadema e Ribeirão Pires (desde o 3º decêndio de agosto/99), Irapuru e Adamantina (a partir do 1º decêndio de dezembro/99) e Santo Anastácio (a partir do 1º decêndio de janeiro/2000), Lucianópolis e Ilha Solteira (a partir do segundo decêndio de abril/2000) e o município gaúcho de Campina das Missões (a partir do segundo decêndio de abril/2000). (3) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP.

DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS (R\$ mil)

UF	FPM (1)	FPE (1)	IPI-EXP (1)	FUNDEF UNIÃO (2)
AC	5.683,91	33.826,57	3,44	7.078,58
AL	24.562,73	41.134,73	116,72	12.585,86
AM	13.757,12	27.591,25	1.722,94	8.078,54
AP	3.707,90	33.737,58	36,76	7.069,00
BA	93.825,46	92.908,86	7.750,55	61.705,39
CE	52.641,25	72.546,67	1.333,42	24.215,40
DF	2.512,00	6.824,64	3,96	2.587,00
ES	18.647,21	14.831,88	6.275,09	8.780,21
GO	38.486,48	28.112,34	871,70	13.453,76
MA	41.784,22	71.372,97	2.031,34	66.468,29
MG	134.798,02	44.045,73	22.006,93	41.224,52
MS	15.742,75	13.170,71	541,37	6.108,13
MT	20.041,53	22.820,33	1.063,22	8.594,77
PA	37.549,04	60.434,96	7.193,39	34.106,20
PB	33.408,64	47.352,25	333,47	14.644,03
PE (3)	53.425,47	68.228,61	999,78	21.919,01
PI	25.636,35	42.729,65	166,24	16.736,96
PR	70.482,71	28.508,85	13.509,95	24.125,95
RJ	31.348,87	15.105,77	7.802,20	16.359,76
RN	25.627,58	41.310,73	251,85	12.276,87
RO	9.339,25	27.840,42	124,75	6.872,22
RR	4.926,53	24.528,96	6,07	5.243,43
RS	70.165,84	23.284,07	23.813,31	25.814,35
SC	40.399,17	12.654,56	13.825,11	13.556,30
SE	14.927,74	41.087,27	111,88	10.194,80
SP (4)	137.174,54	9.887,92	27.980,33	46.372,81
TO	15.748,14	42.913,56	25,89	10.447,65
TOTAL	1.036.350,46	988.791,81	139.901,64	526.619,76

(1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP./LC87/96 e Complementação da União. (3) O município de Recife não vem participando do FUNDEF, desde maio/99, conforme decisão judicial. (4) Pelo mesmo motivo, os municípios paulistas de Diadema e Ribeirão Pires, a partir do 3º decêndio de agosto, Irapuru e Adamantina, a partir do 1º decêndio de dezembro/99 e Santo Anastácio, desde o 1º decêndio de janeiro/2000, e desde o 2º decêndio de abril/2000 Lucianópolis e Ilha Solteira (SP) e Campina das Missões (RS) também deixaram de participar do FUNDEF.

ESTIMATIVA TRIMESTRAL

As previsões embutem margem de erro, face às possíveis variações decorrentes do comportamento da arrecadação.

A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

Fundo	NOV/OUT	DEZ/NOV	JAN/DEZ
FPM	+ 5,0%	+ 3,0%	+ 4,0%
FPE	+ 5,0%	+ 3,0%	+ 4,0%
IPI-EXP	+ 2,0%	+ 5,0%	- 15,5%

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a alterações.

ESTIMATIVA ANUAL

A estimativa de variação nominal das Transferências Constitucionais abaixo relacionadas, em relação a 1999, é a seguinte:

Fundo	2000/1999
FPM	+ 6,0 %
FPE	+ 12,0 %
IPI-EXP	+ 10,0 %

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a alterações. Não inclui dedução para o FUNDEF (15%).

DATAS DE PUBLICAÇÃO

Em observância ao que determina o Art. 6º da Lei Complementar 62, de 28/12/89, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Data	Mês	Data
Jan a Dez/99	28/01/00	Mai/2000	23/06/00
Jan/2000	29/02/00	Jun/2000	28/07/00
Fev/2000	29/03/00	Jul/2000	30/08/00
Mar/2000	28/04/00	Ago/2000	27/09/00
Abr/2000	30/05/00	Set/2000	24/10/00

Coordenação-Geral de Programação Financeira - **COFIN**
 Fone: (061) 412.3122/3123/3124 Fax: (061) 412.3126
 Email: stndirev@fazenda.gov.br

FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

Boletim - Ano III nº 10

OUTUBRO/2000

Internet: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

COMPORTAMENTO NO MÊS

Os repasses para o FUNDEF no mês de outubro apresentaram um crescimento de 10,7% quando comparados aos do mês anterior. Contribuiu para o ocorrido, a menor transferência de recursos para os estados e municípios por conta dos recursos do ICMS e das Transferências Constitucionais. Os valores da Complementação da União incluem a parcela referente ao mês de setembro creditada aos seus beneficiários no dia 03/10/2000, além do ajuste positivo de R\$ 17,6 milhões, relativo ao ano de 1999, creditados aos Governos dos Estados do Pará e Maranhão e seus respectivos municípios, em 19/10/2000.

Origens	Setembro	Partic.	Outubro	Partic.	Out/ Set
FPM	171.227,2	11,6%	181.040,3	11,0%	5,7%
FPE	165.034,5	11,1%	174.492,7	10,6%	5,7%
IPI-EXP	22.909,2	1,5%	24.688,5	1,5%	7,8%
LC 87/96 LC 102/00	71.914,5	4,9%	58.182,5	3,5%	-19,1%
Compl. União	0,0	0,0%	88.215,8	5,4%	-
ICMS	1.050.639,4	70,9%	1.113.803,5	67,9%	6,0%
Total	1.481.724,8	100%	1.640.423,3	100%	10,7%

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

PREVISÃO PARA O BIMESTRE

A estimativa é elaborada com margem de erro e sua confirmação fica a depender do comportamento da arrecadação das diversas receitas que compõem o FUNDEF.

A expectativa de variação global do FUNDEF, por UF, para o próximo bimestre é a seguinte:

UF	Nov/Out	Dez/Nov	UF	Nov/Out	Dez/Nov
AC	-2%	5%	PB	5%	6%
AL	0%	3%	PR	-5%	-2%
AP	9%	0%	PE	8%	12%
AM	-3%	0%	PI	-10%	3%
BA	-11%	-1%	RJ	1%	2%
CE	27%	7%	RN	-7%	7%
DF	4%	2%	RS	-23%	2%
ES	24%	2%	RO	-1%	4%
GO	-11%	0%	RR	-3%	9%
MA	-22%	2%	SC	9%	1%
MT	-3%	4%	SP	-17%	0%
MS	-3%	1%	SE	1%	2%
MG	-3%	3%	TO	-1%	2%
PA	-8%	1%			

PORTARIA DA REESTIMATIVA DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO PARA 2000

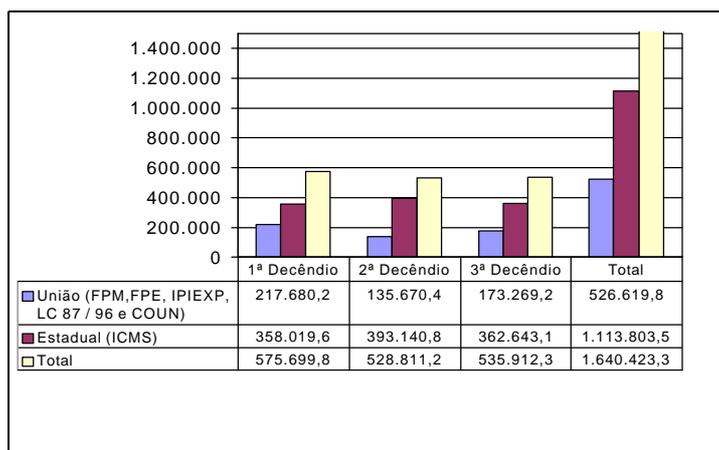
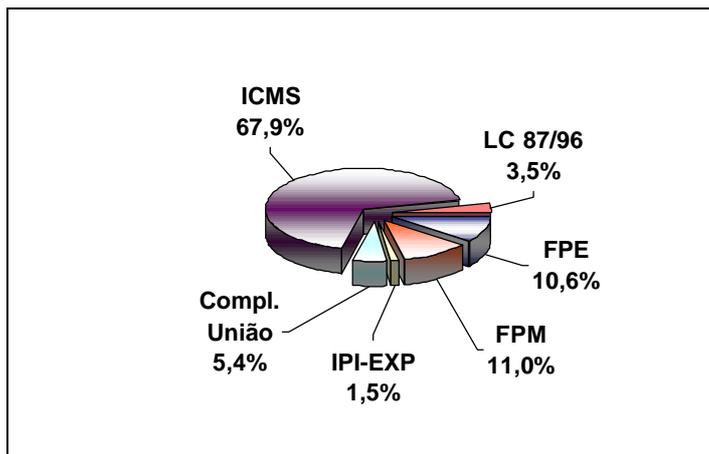
Portaria MF nº 354, de 29.09.2000, publicada no D.O.U. de 02.10.2000, que estabelece a reestimativa dos repasses da complementação da União para o ano de 2000 dos recursos do FUNDEF.

ESTADO	ALAGOAS	BAHIA	CEARÁ	MARANHAO	PARÁ	PARAÍBA	PERNAMBUCO	PIAÚÍ	TOTAL
JANEIRO	715.493	15.283.978	3.002.062	10.343.233	7.900.198	584.527	299.811	2.398.961	40.528.263
FEVEREIRO	715.493	15.283.978	3.002.062	10.343.233	7.900.198	584.527	299.811	2.398.961	40.528.263
MARÇO	715.493	15.283.978	3.002.062	10.343.233	7.900.198	584.527	299.811	2.398.961	40.528.263
ABRIL	715.493	15.283.978	3.002.062	10.343.233	7.900.198	584.527	299.811	2.398.961	40.528.263
MAIO	715.493	15.283.978	3.002.062	10.343.233	7.900.198	584.527	299.811	2.398.961	40.528.263
JUNHO	194.655	17.779.323	1.768.049	15.892.180	9.249.925	299.264	0	2.873.065	48.056.461
JULHO	194.655	17.779.323	1.768.049	15.892.180	9.249.925	299.264	0	2.873.065	48.056.461
AGOSTO	194.655	17.779.323	1.768.049	15.892.180	9.249.925	299.264	0	2.873.065	48.056.461
SETEMBRO	0	12.847.485	0	14.517.724	5.718.884	0	0	2.220.975	35.305.068
OUTUBRO	0	12.847.485	0	14.517.724	5.718.884	0	0	2.220.975	35.305.068
NOVEMBRO	0	12.847.485	0	14.517.724	5.718.884	0	0	2.220.975	35.305.068
DEZEMBRO	0	12.847.485	0	14.517.724	5.718.884	0	0	2.220.975	35.305.068
TOTAL	4.161.430	181.147.800	20.314.457	157.463.600	90.126.300	3.820.427	1.499.055	29.497.900	488.030.969

FUNDEF BRASIL POR ORIGEM

FUNDEF BRASIL POR DECÊNDIO

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEF TOTAL, por origem, e a sua distribuição nos decêndios.



DISTRIBUIÇÃO DO FUNDEF POR ESTADO — OUTUBRO/2000 (EM R\$ MIL)

Estados	Matrículas (1)	Origens						FUNDEF Total (3)	Média (em reais) por aluno	
		FPE	FPM	IPI-EXP	Compl. União	LC 87/96	ICMS		No mês	Até o mês
AC	137.570	5.969,4	1.003,0	0,6	0,0	105,5	1.737,2	8.815,8	64,1	607,6
AL	643.567	7.259,1	4.334,6	20,6	0,0	971,6	6.587,3	19.173,2	29,8	292,8
AM	617.107	4.869,0	2.427,7	304,0	0,0	477,7	20.239,0	28.317,5	45,9	406,6
AP	120.297	5.953,7	654,3	6,5	0,0	454,5	975,5	8.044,5	66,9	662,5
BA	3.503.749	16.395,7	16.557,4	1.367,7	25.695,0	1.689,6	47.241,4	108.946,8	31,1	279,1
CE	1.660.368	12.802,4	9.289,6	235,3	0,0	1.888,1	13.887,5	38.102,9	22,9	279,7
DF(2)	343.445	1.204,3	443,3	0,7	0,0	938,7	0,0	2.587,0	7,5	54,3
ES	545.735	2.617,4	3.290,7	1.107,4	0,0	1.764,8	19.141,4	27.921,6	51,2	498,5
GO	1.056.956	4.961,0	6.791,7	153,8	0,0	1.547,2	32.894,4	46.348,2	43,9	372,1
MA	1.547.356	12.595,2	7.373,7	358,5	45.407,0	733,9	5.694,9	72.163,1	46,6	275,1
MG	3.577.550	7.772,8	23.787,8	3.883,6	0,0	5.780,3	101.074,8	142.299,3	39,8	377,7
MS	420.663	2.324,2	2.778,1	95,5	0,0	910,2	14.019,2	20.127,3	47,8	438,5
MT	567.411	4.027,1	3.536,7	187,6	0,0	843,3	18.346,8	26.941,6	47,5	454,0
PA	1.554.720	10.665,0	6.626,3	1.269,4	12.671,8	2.873,7	13.782,7	47.888,9	30,8	276,4
PB	816.403	8.356,3	5.895,6	58,8	0,0	333,3	7.936,3	22.580,3	27,7	286,0
PE	1.598.529	12.040,3	8.136,0	176,4	0,0	1.566,2	22.027,7	43.946,7	27,5	279,6
PI	720.541	7.540,5	4.524,1	29,3	4.442,0	201,1	5.679,3	22.416,3	31,1	278,2
PR	1.611.079	5.031,0	12.438,1	2.384,1	0,0	4.272,8	57.178,4	81.304,4	50,5	475,6
RJ	1.987.687	2.665,7	5.532,1	1.376,9	0,0	6.785,0	107.092,0	123.451,7	62,1	557,2
RN	591.812	7.290,1	4.522,5	44,4	0,0	419,8	11.584,4	23.861,2	40,3	366,0
RO	296.379	4.913,0	1.648,1	22,0	0,0	289,1	6.171,0	13.043,2	44,0	434,4
RR	78.211	4.328,6	869,4	1,1	0,0	44,3	1.381,8	6.625,3	84,7	840,6
RS	1.607.518	4.109,0	12.364,3	4.202,3	0,0	5.138,7	98.428,1	124.242,5	77,3	598,6
SC	905.771	2.233,2	7.129,2	2.439,7	0,0	1.754,2	31.447,2	45.003,5	49,7	510,4
SE	398.230	7.250,7	2.634,3	19,7	0,0	290,1	6.657,9	16.852,7	42,3	401,2
SP	5.589.263	1.744,9	23.672,3	4.937,7	0,0	16.017,9	458.554,3	504.927,1	90,3	745,2
TO	346.765	7.573,0	2.779,1	4,6	0,0	91,0	4.043,0	14.490,6	41,8	395,0
Total	32.844.682	174.492,7	181.040,3	24.688,5	88.215,8	58.182,5	1.113.803,5	1.640.423,3	49,9	439,4

Fonte: SIAFI - (1) Número de matrículas, conforme Portaria MEC nº 13, de 05.01.2000 (DOU de 10.01.2000), retificada pela Portaria MEC nº 127, de 15.02.2000 (DOU de 16.02.2000). (2) Não há informação de distribuição da parcela do ICMS neste mês. (3) Valores de Estados e Municípios. (4) Os valores da Complementação da União referentes a setembro foram creditados aos seus beneficiários em 05/10/2000.

Obs: Total do estado x coeficiente individual de participação divulgado pelo MEC = valor da cota de cada beneficiário.

Os ajustes de que trata a Portaria nº 353, de 29.09.2000 decorrem de valores repassados a maior ou a menor aos Estados e Municípios, em 1999, apurados com base nas estimativas das receitas que compõem o FUNDEF.